



Jornais de 20
a 26 SET. 79

IMPrensa NACIONAL

O presente boletim será o continuado dos temas do anterior, com alguns factos novos a clarificar o perfil das forças políticas que se apresentam para as próximas eleições. Mantém-se em todo o seu interesse a "questão religiosa", que tudo indica será tema obrigatório na campanha.

1. PARTIDOS E ELEIÇÕES - O PCP e o MDP/CDE anunciaram a formação de listas conjuntas, sob a sigla da AFU, e os "Reformadores" formalizaram um acordo com o PSD. Mário Soares aproveitou para apresentar o PS como o único partido que concorre sem coligações nem disfarces.
2. A "QUESTÃO RELIGIOSA" - *Fundação Cuidar o Futuro* - Leis do texto do Bispo do Porto publicado num jornal nortenho, comunicado do Bispo de Bragança e outras intervenções.

SERVIÇOS DE APOIO DO CONSELHO DA REVOLUÇÃO

Documento recebido em 26 SET 79
 Distribuído em 26 SET 79 através
 do envelope n.º 26SET79 00132
 para a reunião ordinária de _____



1. PARTIDOS E ELEIÇÕES:

Parece delineado o contorno de dois blocos opostos, com uma campanha, em torno de temas bem marcados, já encetada nos jornais afectos a um e a outro ; o PS, neste momento sem um diário claramente conotado com a sua linha, parece atrasado na corrida eleitoral, com indícios de que aproveitará a bipolarização entre as duas alianças para retomar a doutrina da "charneira".

A Imprensa mais próxima do PCP tem insistido, nas últimas semanas, em dois tipos de denúncias que visam os partidos da Aliança Democrática : escândalos de personalidades e dirigentes autárquicos, especialmente do PSD (Valpaços, e agora Vila Real de Santo António) e conflitos locais entre membros de um e de outro partido, naquilo que considera ser já uma guerra de "caciques" pelos lugares nas listas. Os últimos números do "Diário" ilustram suficientemente esta linha, de que recortamos adiante alguns exemplos significativos. Esta mesma Imprensa apresenta, por outro lado, a promessa de medidas a tomar pelo PCP, contra legislação de repercussões impopulares (é o caso, no "Diário" de hoje, do que se refere aos aumentos das rendas de casa).

A Imprensa próxima da Aliança defende as suas listas conjuntas, bem como a recente abertura aos "Reformadores", feita pelo PSD, como a única barreira possível para impedir a vitória da "maioria de esquerda" e uma "jugoslavização" perigosamente iminente (ler, a este respeito, a análise política de Sá Carneiro feita na altura em que pediu poderes para negociar as listas conjuntas, e agora publicada pelo "Povo Livre"). Outro tema de tratamento intensivo é o ataque à figura política do Presidente da República, que frequentemente cai no ataque pessoal.

Uma questão de pormenor aflorou nos jornais de seg.24 : a hipótese de uma "fusão" PSD/CDS, que o secretário-geral do CDS aflorou em Monchique, mas veio a ser formalmente desmentida por ambos os partidos ("Correio da Manhã" e "Jornal Novo").

2. A "QUESTÃO RELIGIOSA"

Prossegue o debate sobre o "pecado" da abstenção, sobre a legitimidade e os termos da intervenção política da Igreja, sobre o aborto e outros temas que estão já consagrados como temas inevitáveis da campanha. O último "Diabo" (25 SET.) desenvolve com muito relevo o seu apoio formal às intervenções recentes de membros do Episcopado, com especial menção do Bispo do Porto.



SACR, 26 SET.79

MDP/CDE aprova proposta do PCP para formação de listas APU

O Encontro Nacional do MDP/CDE, reunido ontem em Lisboa, "deliberou aprovar a proposta apresentada pelo PCP ao MDP/CDE, de constituição sob a sigla APU de uma coligação eleitoral para as eleições intercalares para a Assembleia da República".

Os cerca de 150 delegados presentes aprovaram uma declaração, divulgada ao fim da tarde no decurso de uma conferência de imprensa, presidida por José Manuel Tengarrinha e a que também estiveram presentes os seguintes dirigentes nacionais do MDP/CDE: Raúl Castro, Eduardo Pedrosa, Madeira Lopes e Luís Catarino.

É o seguinte o texto integral da "declaração":

"O Encontro Nacional do Movimento Democrático Português (MDP/CDE), reunido em Lisboa, em 23 de Setembro de 1979, com a participação de delegações de todos os distritos do Continente, concluiu a análise da forma da sua intervenção nas eleições intercalares para a Assembleia da República, iniciada na reunião do passado dia 16, e que incidiu agora também sobre a proposta do Partido Comunista Português, formulada em 21 de Setembro, de constituição de uma coligação eleitoral entre os dois partidos, sob a sigla APU, para concorrer aquelas eleições em todos os círculos eleitorais.

"O Encontro Nacional tomou em consideração, na apreciação da proposta do PCP, os seguintes aspectos:

① A proposta veio ao encontro dos propósitos unitários que sempre têm orientado a prática política do MDP/CDE, designadamente as diligências efectuadas recentemente no sentido de encontrar as formas mais correctas de intervenção eleitoral.

② A participação sob a sigla da Aliança Povo Unido introduz no quadro das eleições parlamentares uma dinâmica que corresponde às profundas aspirações do nosso Povo de uma unidade de democratas e antifascistas como meio de consolidação e avanço das transformações democráticas da sociedade portuguesa.

"Será uma dinâmica unitária, semelhante à dinâmica que a intervenção da APU tem desencadeado nas eleições para as autarquias e na ampla mobilização das populações na resolução dos seus problemas, no quadro do Poder Local.

③ A forma de participação eleitoral proposta pelo PCP está de

acordo com as decisões do III Congresso do nosso Partido, uma vez que assegura ao MDP/CDE uma representação parlamentar própria, sem que tal provoque um enfraquecimento das forças de esquerda.

Esta forma de participação eleitoral possibilita o desenvolvimento de uma campanha eleitoral autónoma

e a formação de um grupo parlamentar MDP/CDE que prossiga a defesa dos princípios programáticos do Partido, garantindo a ampliação do campo democrático e o enriquecimento da Assembleia da República.

④ Finalmente, a presença da sigla APU nas eleições intercalares permite evitar os inconvenientes da diversidade de siglas em dois actos eleitorais tão próximos, facilitando assim o exercício do voto correspondente às opções do eleitorado.

Desta forma, o Encontro Nacional deliberou aprovar a proposta apresentada pelo PCP ao MDP/CDE, de constituição sob

a sigla APU de uma coligação eleitoral para as eleições intercalares para a Assembleia da República.

"O Encontro Nacional decidiu ainda que o Secretariado Nacional deverá levar a efeito negociações com o PCP no sentido de concretizar todos os aspectos decorrentes desta deliberação".

NOMES DO MDP/CDE NAS LISTAS APU

No período de perguntas e respostas, José Manuel Tengarrinha anunciou um encontro de delegações dos dois partidos,

que se efectuou ontem à noite na sede do PCP, a partir das 21 e 30.

O presidente do MDP/CDE considerou que o objectivo principal da reunião era alinhar "os aspectos que são comuns, os princípios fundamentais em que estamos de acordo, para lá das diversidades que existem".

Por sua vez, Raul de Castro anunciou que o MDP/CDE deseja ver incluídos nas listas da APU os seguintes nomes: José Manuel Tengarrinha, António Galhordas, Herberto Goulart, Luís Catarino, Raul de Castro, Helena Cidade

Entretanto, José Manuel Tengarrinha informou que as

questões relacionadas com a colocação nas listas e os distritos em que concorrerão os candidatos do MDP/CDE ainda não estão discutidas, nem negociadas com o PCP.

O presidente do MDP/CDE sublinhou que esta coligação APU para as intercalares é diferente da existente nas autarquias locais. Lembrou que, neste caso, além dos dois partidos, há um peso considerável de personalidades independentes, enquanto naquela se trata de um acordo celebrado entre dois partidos.

Tengarrinha chamou ainda a atenção para o facto de, na hierarquização das razões que

levam o seu partido a aceitar a proposta dos comunistas, a que para estes constitui a razão principal (o problema da diversidade de siglas em eleições próximas), é para o MDP/CDE a menos importante.

O dirigente do MDP/CDE disse que os partidos que constituem a APU para as eleições intercalares farão "campanhas autónomas", sem prejuízo de "iniciativas comuns". Tengarrinha informou ainda que o Secretariado Nacional do MDP/CDE já aprovou um orçamento para a campanha que sustente uma "presença digna" do partido na pugna eleitoral, e anunciou já estar em curso uma recolha de fundos a nível nacional.

PCP JOGA FORTE NAS INTERCALARES? Vital Moreira e Vítor Louro prováveis nos distritos de Aveiro e Braga

A inclusão do prestigiado vice-presidente do seu Grupo Parlamentar, Vital Moreira à cabeça da lista de candidatos ao círculo de Aveiro, para as próximas eleições intercalares, poderá ser uma das decisões a tomar amanhã pelo Comité Central do PCP que, segundo nota da respectiva SIP irá reunir a fim de «apreciar problemas políticos e técnicos relacionados com as campanhas eleitorais para a Assembleia da República e para os órgãos de Poder Local».

A hipótese de Vital Moreira — um trunfo eleitoral de grande peso — como cabeça do círculo

de Aveiro terá surgido — segundo fontes aveirenses dignas de crédito — após a recusa de Neto Brandão, antigo governador civil não ter aceite a inclusão do seu nome quer como independente na lista do PCP, quer em eventual lista do MDP, organização em que milita.

Outro nome de prestígio nacional que o PCP eventualmente poderia «jogar» noutro distrito difícil — Braga — seria, segundo fontes também deste distrito, o do jovem deputado Vítor Louro, presidente da Comissão Parlamentar da Agricultura e Pescas, natural da capital minhota e onde

goza de muita popularidade.

Entretanto, só amanhã, após a reunião do respectivo CC, o PCP definirá em concreto qual a composição das suas listas. Depois da reunião está prevista uma conferência de imprensa, presidida por Álvaro Cunhal.

20 de Setembro de 1979

Diário de Lisboa



Coligação APU nas intercalares é importante factor para uma dinâmica unitária

— salienta comunicado conjunto do PCP

— do MDP/CDE

«A decisão de concorrerem conjuntamente sob a denominação, a sigla e o símbolo da APU (Aliança Povo Unido) às eleições intercalares para a Assembleia da República, depois de terem já estabelecido fazê-lo em relação às eleições para as autarquias, surgindo, embora, como resposta às particularidades do calendário eleitoral que comporta a realização de duas eleições diferentes no curto período de quinze dias, representa uma solução adequada para facilitar o voto do eleitorado e constitui, no plano político, importante factor para uma dinâmica unitária que irá congrega largos sectores que lutam consequentemente por uma viragem democrática na política nacional» — salienta o comunicado conjunto das delegações do PCP e do MDP/CDE, no final do encontro efectuado ontem à noite.

Participaram no encontro Álvaro Cunhal, Carlos Costa e Carlos Brito, por parte do PCP, e José Tengarrinha, António Galhordas, Luís Catarino e Herberto Goulart, pelo MDP/CDE.

A coligação APU apresentará candidatos em todos os círculos eleitorais, deixando de existir logo que for tornado público o resultado definitivo das eleições». Os deputados de cada um dos partidos «constituirão grupos parlamentares distintos na futura Assembleia da República».

Os dois partidos reconheceram, entretanto, «a necessidade de elaborar e aprovar posteriormente as bases de um acordo de acção parlamentar que tome como grandes pontos de referência o respeito pela Constituição e a legalidade democrática, a defesa da liberdade e demais conquistas do 25 de Abril — a Reforma Agrária, as nacionalizações e o controlo de gestão — a definição de uma nova

política económica capaz de fazer face à crise que foi agravada pela orientação e actuação reaccionárias dos últimos governos, a luta pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores e das classes e camadas médias e a salvaguarda da independência nacional».

CAMPANHA DE MASSAS

Os dois partidos propõem-se lançar «as bases de uma campanha de massas pelo voto na APU, que compreenderá iniciativas comuns da coligação e campanhas autónomas de cada um dos partidos, com programas, proclamações, propostas, acções e realizações próprias».

A coligação de acordo com o comunicado final do encontro, representa «um contributo importante para, tal como nas eleições anteriores, se infligir uma nova e severa derrota aos partidos reaccionários, na continuação das que sofreram, recentemente, com a queda do governo Mota Pinto, com o fracasso da sua ofensiva para a revisão inconstitucional da Constituição e a derrota dos planos com que pretendiam impedir uma saída constitucional e democrática para a crise política». Definem-na, igualmente, como «uma contribuição para consolidar a maioria democrática na futura «Assembleia da República».

«A dinâmica que vai desenvolver-se em torno da APU — prossegue o comunicado — repercutirá como um factor de encorajamento dos sentimentos e tendências unitárias no conjunto dos partidos democráticos. Conduzindo ao reforço das posições das forças mais consequentes da democracia portuguesa,

ela influenciará positivamente no sentido da necessária transformação da maioria democrática numérica de que fazem também parte os deputados do PS em maioria política, base indispensável para um governo democrático

e uma alternativa democrática que assegure as conquistas da Revolução, consolide o regime, estabilize as instituições e, na base da Constituição da República, dê finalmente solução aos problemas dos portugueses e de Portugal».

o diário

24 de Setembro de 1979



Da confiança da APU ao medo da direita

Dois acontecimentos muito importantes clarificaram nos últimos dias o panorama político, imprimindo à marcha do processo eleitoral uma nova dinâmica: a certeza de que o PCP e o MDP/CDE apresentarão listas APU em todo o País nas intercalares de 2 de Dezembro, e a fixação do dia 16 do mesmo mês para a realização das eleições autárquicas.

Quando Álvaro Cunhal, em nome do Comité Central do seu partido, revelou na sexta-feira o conteúdo da proposta feita pelo PCP ao MDP — ontem aceite — a direita não conseguiu disfarçar o seu espanto. Habitualmente loquaz e seduzida por especulações e exercícios de futurologia, a imprensa ligada à Aliança Reaccionária ficou até hoje muda. O próprio «Expresso», tão pronto nas notícias e comentários sobre situações de última hora, não publicou uma linha sobre o assunto. Não fez sequer referência à proposta do PCP.

As listas APU para a Assembleia da República aparecem como expressão de confiança do campo democrático. O PCP e o MDP/CDE constituem apenas uma parcela, embora decisiva pelo papel que o primeiro desempenha como partido da classe operária, das forças que estão com a Constituição e defendem as instituições e as transformações sociais e económicas resultantes do 25 de Abril. Agora, unidos por uma valiosa experiência comum adquirida no combate travado ao nível das autarquias, resolveram em boa hora transplantá-la para a luta que definirá a fisionomia da futura Assembleia da República. Para o PCP, como grande partido nacional, era particularmente difícil conduzir quase ao mesmo tempo uma campanha para a AR com a sua sigla, e outra com a sigla APU para as autarquias. Era justificado o receio de dúvidas e confusões prejudiciais a uma escolha clara do eleitorado progressista. Daí a rápida formação de uma coligação PCP-MDP que colheu de surpresa o binómio PPD-CDS, reduzindo-lhe as já abaladas esperanças de um resultado sofrível para a Aliança Reaccionária.

Durante um longo fim-de-semana os dirigentes do PPD e do CDS calaram nas gargantas as habituais bravatas. A estas horas fazem contas. Avaliam os votos possíveis do PS e o crescimento — sobre o qual não têm dúvidas — das listas APU em relação a 1976. Adivinham de longe a derrota que espera a Aliança Reaccionária com o seu cortejo de monárquicos, de «reformadores», de aventureiros da CAP e outros cavalheiros da mesma família.

A fixação do dia 16 de Dezembro para as eleições autárquicas foi outro acontecimento relevante. A comunicação do Governo tranquilizou o País, pondo termo a um estado de incerteza que principiava a causar apreensões. Numa inequívoca demonstração de medo do voto popular, o PPD e o CDS, depois de se terem pronunciado pelas eleições em Dezembro, já haviam voltado atrás, reivindicando outra vez o adiamento das eleições para as autarquias.

Esse medo dos partidos da reacção é compreensível. Enquanto a confiança na vitória é uma certeza no campo democrático, e particularmente no seu sector mais consequente e combativo, o pavor da derrota alastra entre a direita. O PPD pode promover manifestações como a de Valpaços e repor à frente da sua câmara municipal (sem inquérito) gente do estofado do sr. Sobrinho de Moraes. Mas não pode já enganar, como antes, as populações que os seus caciques encaravam como feudo próprio.

CACIQUES DA «ALIANÇA» EM GUERRA NO MINHO E TRÁS-OS-MONTES

o diário

25 de Setembro

Vimioso e Golães (Fafe) são os casos mais recentes das guerras que estalam, um pouco por toda a parte, entre caciques desejosos de se adiantarem na "corrida" eleitoral para as respectivas autarquias.

No concelho transmontano, o conflito deu-se entre os dois "maiores" do PPD. No meio da acesa rixa verbal, o presidente da Assembleia Municipal, José das Quintas, qualificando o presidente da Câmara, Joaquim Marrão, de "Pinochet do Vimioso", acusou-o de canalizar verbas do FFH para indivíduos sem necessidade. A denúncia levou à convocação de uma sessão extraordinária da AM para o dia 4 durante a qual deverá ser escolhida uma Comissão de Inquérito às

actividades obscuras da Câmara desde que foi eleita em 1976.

O inacreditável aconteceu entretanto numa das principais freguesias de Fafe - Golães. Aquela Junta do distrito de Braga era presidida por um elemento do CDS, embora eleito na lista PPD. Aborrecido com a situação, o "chefe" local do PPD, um cacique conhecido por Julinho, desencadeou uma manobra para desalojar o colega da Aliança Reaccionária. Para tal, promoveu a construção de um campo de futebol, acompanhando-a de uma operação de propaganda a seu favor que passou pela demissão de todos os membros PPD da

Assembleia de Freguesia, provocando a sua "queda".

A zanga atingiu então o cume: enquanto o Julinho fazia eleger uma Comissão Administrativa da sua confiança, o homem do CDS recusava a água para o campo de futebol, resolvendo construir um tanque próximo da sua casa. Os PPDs não hesitaram: levantaram os tubos, cortando-os aos bocadinhos. Entretanto a Câmara de Fafe (PPD), afecta ao Julinho, mandou a Junta pagar o concerto com dinheiros de uma freguesia a braços com enormes carências. O escândalo vai ser discutido na Assembleia Municipal, a par de trâmites judiciais já em curso.

PCP anuncia iniciativa para anular decreto de MP sobre rendas de casa

O PCP chamará a ratificação o decreto-lei do ex-Governo Mota Pinto que prevê o aumento das rendas de casa, logo que entre em funcionamento a Assembleia da República saída das eleições intercalares de 2 de Dezembro.

Uma nota da SIP do PCP ontem divulgada informa da disposição dos comunistas, cuja iniciativa pretende «anular uma tão grave medida contra as classes trabalhadoras».

O documento do PCP sublinha que «para a esmagadora maioria dos portugueses a aplicação desta nova legislação implicará certamente novas e inoportáveis despesas, o que é tanto mais grave quanto são conhecidas as carências habitacionais do País, que a Primeiro-Ministro quantificou há dias num milhão de fogos».

Lembra a SIP do PCP que «este decreto-lei aprovado em Conselho de Ministros do Governo Mota Pinto-PPD-CDS, quando já se encontrava demitido, visa satisfazer os partidos da aliança reaccionária e monárquica que de há muito reivindicam o descongelamento das rendas de casa, sustentando que a solução do problema habitacional estaria em obrigar os inquilinos a pagar mais, comparando absurdamente a aplicação de capitais num

sector social como a habitação, com a constituição de depósitos a prazo na banca e apontando para a equiparação das respectivas remunerações».

A nota recorda ainda que «os estudos preparatórios e um articulado exactamente sobre o descongelamento das rendas de casa» foram «elaborados em primeira mão por ministros dos Governos PS, que abriram, assim, caminho, no seu fundamental, às graves soluções adoptadas pelo Governo Mota Pinto e agora publicadas».

DIREITO À HABITAÇÃO

«O PCP considera desde há muito — sublinha a nota — que uma política democrática de habitação o passa necessariamente pelo reforço da estabilidade, das garantias e dos direitos dos inquilinos, através da publicação de legislação que respeite os princípios constitucionais de direito à habitação e da renda-rendimento, dando simultaneamente satisfação a interesses legítimos daqueles senhores cuja grave situação

não pode ser ignorada, dado que enfrentam sérios problemas para assegurar uma subsistência digna. Tal política devia ser, aliás, acompanhada de medidas eficazes que impedissem a especulação desenfreada que se verifica no sector».

A concluir, a nota frisa:

«O PCP condena firmemente, como injustas do ponto de vista social e irrealistas do ponto de vista económico, as concepções que pretendem supostamente resolver o problema da habitação na base do pretenso estímulo que o aumento das rendas representaria para a dinamização da construção de habitações».

«Reconhecendo a complexidade que o problema da habitação assume em Portugal no presente momento da vida nacional, o PCP sublinha que a sua solução é inseparável, entre outros aspectos, da definição e execução de uma ampla e corajosa promoção pública de habitações sociais, da reorganização do sector da construção civil, do lançamento de uma nova política de solos, no quadro de uma nova política económica e social empenhada em responder aos graves problemas que hoje marcam a vida da população portuguesa.»

o diário

Quarta-feira 26-9-79



Comissão Directiva do PS abre campanha eleitoral com insultos à esquerda

A Comissão Directiva do Partido Socialista debateu ontem a formação das listas para as eleições legislativas e «fez uma primeira apreciação quanto à composição das listas para as eleições autárquicas». Os elencos eleitorais e as «grandes linhas da proposta política que o partido submeterá ao eleitorado» serão tema para uma conferência de Imprensa a efectuar provavelmente ainda esta semana.

O comunicado da reunião de ontem da Comissão Directiva, efectuada nas instalações do PS do Largo do Rato, em Lisboa, deixa antever essas «grandes linhas»: ataques moderados àquilo a que os dirigentes socialistas chamam «bloco conservador-monárquico» e fogo aberto de insultos contra a Aliança Povo Unido.

«É hoje evidente» — acha a CD do PS — «que o Partido Socialista constitui o mais poderoso obstáculo a que a direita governe em Portugal, é hoje cada vez mais claro que é o Partido Socialista o único portador de um programa político para a viabilização da democracia no nosso país» (sic).

Feito o auto-elogio, completado pela «fidelidade» do partido «às suas tradições e à sua história», os dirigentes do PS passam às evocações. «O Partido Socialista» — dizem — «recorda a sua actuação, em 1975, na trincheira da liberdade, sem o que não teria sido possível defendê-la. Recorda também a forma como assumiu — quando outros, em dada altura, o não quiseram

fazer — as suas responsabilidades governativas nas difíceis condições de Portugal em 1976, o que sem dúvida assegurou a viabilidade da democracia e a preservação fundamental do que resultou da Revolução de Abril».

PANORAMA ELEITORAL

Depois de afirmarem que a «proposta política e programática» aprovada no último congresso do partido «constitui a base indispensável para a modernização do país, na conciliação de interesses dos sectores sociais com que Portugal se fará», os membros da Comissão Directiva do PS traçam a sua visão do panorama eleitoral.

Falam primeiro, num curto parágrafo, do «bloco conservador-monárquico», que «não teve a coragem de se assumir na sua identidade e identificação partidárias e que representa o propósito de destruir o espírito de Abril e o actual equilíbrio institucional para que a uma ordem democrática e participada suceda uma alternativa autoritária e de regresso ao passado».

Com a outra faceta que vêem no panorama, os dirigentes do PS gastam dois parágrafos. No primeiro, garantem que o povo português «estará também confrontado com a coligação dos comunistas e do seu mais uma vez inevitável satélite MDP/CDE, perdida por este

uma oportunidade de ensaiar uma tentativa de afirmação autónoma».

E o segundo parágrafo da rubrica reza assim: «após o malogro do assalto ao poder em 1975, o PC, com um modelo político, económico e social incompatível com o progresso em paz e em democracia política, e uma vez que não pode felizmente constituir uma alternativa de poder em Portugal, prepara-se para atacar e enraquecer o partido Socialista, com o objectivo ilusório de beneficiar de uma possível bipolarização que, inviabilizando a prazo as instituições e a democracia, lhe preserve os seus instrumentos de pressão».

Em jeito de epílogo, os dirigentes do PS afirmam que «perante estas coligações de identidade disfarçada, o Partido Socialista aparecerá ao eleitorado no quadro da sua individualidade de sempre. Só precisam de disfarces os que desconfiam da sua força e da adequação dos seus projectos às aspirações populares. O PS está certo — acrescentam — da sua força e da sua razão, tanto mais manifestas quanto mais desesperada se mostra a estratégia dos seus adversários».

E antes de propagandear o voto «necessário e útil» no seu partido, os dirigentes do PS apresentam-se como os que serão capazes de «evitar o plano inclinado para soluções autoritárias e de assegurar a estabilidade das instituições e os efectivos direitos conquistados pelos trabalhadores desde 1974».

o diário

26 de Setembro de 1979

Fundação Cuidar o Futuro



GRANDES FIGURAS
DAS LETRAS E ARTES
NAS LISTAS APU

José Gomes Ferreira e Fernando Lopes graça são dois dos nomes destacados da vida intelectual portuguesa que integrarão a lista Povo Unido (APU) pelo círculo de Lisboa para as eleições intercalares a realizar em 2 de Dezembro. Segundo apurámos, a lista APU por Lisboa será integrada igualmente por destacados dirigentes do PCP e do MDP/CDE, dirigentes sindicais conhecidos e membros activos de Comissões de Trabalhadores.

A inclusão nas listas APU de figuras cimeiras da intelectualidade portuguesa é uma consequência lógica da importância que o principal partido da coligação Povo Unido — o PCP — tem vindo a atribuir às questões culturais. Lembremos que a última Festa do «Avante!», realizada nos dias 7, 8 e 9 do corrente, sentiu já o peso dessa atitude, com importantes realizações como aquela que foi dedicada ao 4.º centenário da morte de Camões e a grande bienal de Artes Plásticas.

25. SETEMBRO 1979

atos já referiram — má forma, sem vitalização que anunciam is grupos fadados para o triunfo.

As razões da camuflagem

Por mais que o Comité Central do PCP pretenda convencer a opinião pública do contrário, a decisão de constituição de uma aliança com o MDP/CDE para as eleições legislativas foi motivada fundamentalmente pelos mais recentes desenvolvimentos da "Aliança Democrática" (em especial o anúncio das listas conjuntas), pelo modo como a Igreja Católica resolveu estruturar a sua intervenção cívica, pelos problemas do PS e pela alteração do horizonte visionado do Governo Pintasilgo. A razão apresentada — proximidade entre as eleições legislativas e as eleições autárquicas — não exigiria a resposta que recebeu e, para além disso, era de prever que ocorresse num momento em que, ao menos publicamente, ainda se previa a apresentação ao eleitorado do PCP em forma não camuflada.

O anúncio de listas conjuntas a partir da decisão do PSD nesse sentido torna evidente que o risco de que a "maioria de esquerda" desapareça passa a ser real. Ao mesmo tempo reforça a dinâmica bipolarizadora já existente. Perante isso toda a estratégia comunista deverá passar a orientar-se mais pela lógica da "unidade antifascista" e da preparação de formas unitárias de oposição futura do que se a evolução previsível fosse outra. Até porque, estando o PCP condenado a não ser Poder Político, deve aspirar a ser contrapoder social. A APU pode melhor alcançar estes objectivos, como é evidente, do que o PCP pois na sociedade portuguesa continua a existir uma divisão real entre comunistas e anticomunistas que não coincide com a divisão que vai ser determinante no acto eleitoral.

A tentativa de aproximação do PCP à Igreja Católica por parte dos comunistas em evidência pretendia o grupo de Cunhal anular a capacidade de determinação da Igreja em Portugal. Como venho escrevendo há muito tempo, em Portugal há três forças determinantes: as Forças Armadas, o Partido Comunista e a Igreja Católica. A aliança de dois deles, ainda que informal, desequilibra sempre a situação política, como a história do PREC revela claramente. Nesse contexto, o PCP depositou na lei da amnistia e na escolha de Pintasilgo (e na escolha por esta de um governo situado maioritariamente e em termos qualitativos numa área à esquerda do PS) a ilusão de que se apresentaria nos próximos meses um quadro em que as duas forças atrás referidas estariam paralisadas por contradições internas. A Igreja Católica, ao tomar uma decidida e unitária posição contra o totalitarismo e o marxismo, veio revelar aos comunistas que a camuflagem política continua a ser essencial, porventura tanto maior quanto mais condições têm agora os comunistas para avançarem em áreas do País inseridas na civilização tradicional.

Os problemas do PS são de tal modo evidentes que estão a gerar uma verdadeira paralisia dos socialistas. Defrontados com uma bipolarização que os prejudica, com o crescimento do PCP e dos partidos à sua direita, em momento de acesa luta interna entre dirigentes "históricos" e quadros de mais recente filiação, o PS vive um momento de eventual viragem na pior altura para o fazer. O peso dos "históricos" no aparelho é ainda grande, mas a tendência para a integração da ASDI é também real, o que provocaria a social-democratização desejada internacionalmente. O PCP já percebeu que subordinar a sua estratégia à manutenção de uma maioria numérica de esquerda na Assembleia não irá ser uma jogada com dividendos mesmo que o êxito fosse possível. Assim sendo, é preferível que a

"AD" vença se ao mesmo tempo a correlação de forças na esquerda evoluir favoravelmente aos comunistas de tal modo que a "direitização" do PS seja dificultada. A APU é uma arma apontada ao PS, pois facilitará a deslocação de votos e captará votos de indecisos de esquerda para os quais passará a ser menos claro onde deverão colocar o seu "voto útil".

Finalmente poder-se-á frisar, como elemento importante da decisão comunista acabada de anunciar, a convicção generalizada de que o Governo Pintasilgo está condenado a curto prazo, seja qual for o concreto resultado eleitoral. Quando da indigitação da Primeiro-Ministro defendi essa tese, embora o primeiro mês de Governo e em especial o debate do Programa do Governo mostrasse uma ambição de continuidade para além deste ano que Pintasilgo não conseguia sequer esconder. Como bem explicou Marcelo Rebelo de Sousa há algum tempo, a desilusão cedo invadiu a Chefia de Governo. Depois disso há o fracasso da ASDI — que nem sequer conseguiu reunir as assinaturas para se constituir em partido e se vê agora obrigada a declarar que não quer concorrer a eleições, apesar de ter anunciado ou deixado anunciar que o faria nos círculos em que a "AD" formasse listas conjuntas —, o cecendo do bloco de oposição à direita, e outros factores que levaram a que neste segundo mês Pintasilgo e os seus ministros comecem a afirmar que só ficarão até à publicação dos resultados eleitorais. Perante isto o PCP vê-se obrigado a admitir que uma estratégia centrada na aproximação a Belém na convicção de que o IV Governo, que objectivamente lhe serve, se iria manter, tal estratégia é errada. Depois de ser abandonada pelos partidos que o apoiaram Eanes irá ser abandonado pelos que não o apoiaram.

...eralização", que ...no último Congresso, te- ...que a APU que vai concorrer às próximas eleições pudesse assimilar extractos sociais e políticos que lhe dêem maior credibilidade e virtualidades de expansão maiores.

Ao não optar por essa "liberalização" o PCP permite que na área da APU se situe a UEDS, com uma linguagem e uma prática políticas que irá dificultar o êxito da estratégia APU. A assimilação da UEDS pela APU poderia provavelmente ser possível com base na tese da "unidade antifascista", da defesa da Revolução, da luta contra a social-democratização do PS, etc. E teria tanto mais lógica quanto após 25 de Novembro nada separa no plano estratégico nacional e no plano tático os homens de Cunhal e os de Lopes Cardoso, como a colaboração na CGTP-Intersindical revela.

A não-"liberalização" em meados de 1979, que julgo ter sido o maior erro evitável dos comunistas desde 25 de Abril de 1974, vai obrigar a uma perda de votos, que forçosamente se reflectirá em mandatos, muito maior do que provavelmente Álvaro Cunhal admitiria. Basta pensar na diminuição de deputados pelo Alentejo; na provável eleição de um deputado por Portalegre pela "AD"; e no aumento dos que elegeram por Santarém e até Setúbal; no desperdício de votos em Lisboa onde o PS e o PCP perderam um deputado cada um; na dificuldade do PCP eleger deputados — ainda que aumente a votação de forma significativa — em todo o Norte Interior, no Norte Litoral (com excepção do Porto e desta vez porventura Braga) em todo o Centro (com excepção de Coimbra e talvez Leiria), para se concluir que em termos parlamentares os comunistas podem diminuir o número de deputados ainda que aumentem a votação.

Nesse caso talvez Cunhal tenha de perceber que a médio prazo a sua hora crepuscular irá chegar. Nos partidos comunistas os erros costumam pagar-se mais caros do que nos outros partidos.

J. Miguel Júdice

«Aliança será partido a médio prazo?»

AMARAL PAIS

... estran-
... esse», a qual tende
...orado, de giscardianos e
... com o conseqüente afastamento dos partidos Comunista e
...PR de Chirac da área do Poder, Pinto Balsemão explica, também, como
... tudo isso tem a ver com a situação político-partidária actualmente vivida
... em Portugal e com a decisão tomada pelo último Conselho Nacional do
... PSD de concorrer às eleições em listas conjuntas com o CDS e o PPM,
... decisão à qual se opôs, como é do conhecimento público. É o seguinte o
... texto integral da entrevista.

TEMPO — É do conhecimento público que o dr. Pinto Balsemão, bem como os drs. Moura Guedes e Amândio de Azavado, se opôs à elaboração de listas conjuntas do PSD, CDS e PPM. Será capaz de nos esclarecer sobre as razões que o levaram a tomar essa posição?

Pinto Balsemão — Houve outras pessoas, além das que referiu, que, como eu, tiveram dúvidas, aliás legítimas, sobre a vantagem das listas conjuntas. Na reunião de 5.ª feira passada da CPN, houve outras pessoas que manifestaram as suas dúvidas quanto a essa questão, assim como no Conselho Nacional.

«T» — Tais como?

P.B. — Julgo não estar a infringir qualquer segredo se disser que houve outras pessoas. Mas já estaria se dissesse quem eram...

«T» — Está bem...

P.B. — Mas não se esqueça, entretanto, de um pormenor que me parece importante: a votação final não foi de o Conselho fechar a questão. O Conselho Nacional mandou o Presidente para negociar a possibilidade de listas conjuntas mediante certas condições. Portanto, neste momento em que estou a falar consigo, ainda não é completamente claro que a opção definitiva seja por listas conjuntas em todo o território do Continente.

«T» — Julga, então, possível um retrocesso da posição assumida pelo Conselho Nacional?

P.B. — O próprio dr. Sá Carneiro não está disposto a aceitar listas conjuntas sem quaisquer condições. Há vários problemas a resolver, tais como a repartição de lugares, quem são os cabeças de lista, etc, o que, em determinados distritos, pode complicar as coisas.

«T» — De qualquer maneira, e se a opção pelas listas conjuntas se confirmar, como é previsível, acatará democraticamente essa decisão, creio...

P.B. — Absolutamente. Somos um Partido democrático e não um partido monolítico.

«T» — As condições do PSD vão ser, fundamentalmente, quais?

P.B. — É preciso ver com cuidado círculo por círculo, distrito por distrito, como é que se pode fazer a conjugação entre os três partidos. É também necessário atender, em parte, aos

resultados eleitorais anteriores e a outros critérios.

«T» — Quando se refere a resultados eleitorais anteriores refere-se, também, aos das autárquicas intercalares?

P.B. — Claro. Além dos próprios resultados das legislativas de 76. Paralelamente será tido em conta que desde 1976 até agora houve uma clara descida na implantação de alguns partidos e uma subida de outros, sedes fechadas e sedes abertas, etc. Portanto esses pontos terão de ser tidos em consideração e tudo dependerá, basicamente do modo como o dr. Sá Carneiro, puder conduzir as negociações. Sá Carneiro, aliás, disse claramente no Conselho que aceitava esse mandato desde que a Comissão política, de que faço parte, estivesse activamente empenhada em tudo o que se fosse passando. E, por isso, que ela está reunida em sessão permanente desde o Conselho. Podemos ser convocados a qualquer altura, à medida que as coisas foram andando.

«T» — Tem-se afirmado que o PSD está a negociar com os seus parceiros da Aliança a partir de uma posição de força, como aliás já referimos atrás...

P.B. — Julgo que isso é lógico. Se se partir do princípio que o PSD, quer em 76, quer depois disso (por razões que já referimos) teve votações que indicam que agora, mesmo em listas separadas, obterá resultados superiores, é preciso que isso se venha a reflectir nos critérios que vierem a definir as listas conjuntas...

«T» E que representaria, igualmente, para o PSD, uma fuga da social-democracia para a Direita...

P.B. — Evidentemente. No entanto há quem defenda que é a melhor solução. E alguns argumentos desse lado também serão, de certa maneira, válidos, como o que defende a criação de uma alternativa de Poder no qual o Partido Comunista não tivesse uma participação activa. Mas também pode acontecer o contrário com um enfraquecimento do Partido Socialista e um Partido Comunista mais forte, a crescer. Não sei se uma solução de quatro partidos como a francesa aonde o Partido Giscardiano estaria muito interessado numa ligação com o Partido Socialista (deixando o partido de Chirac à Direita e o PC à esquerda) não sei se

esse modelo, repito, não oferecerá, em termos de médio prazo, maiores garantias.

«T» — Por outras palavras, uma aliança do PSD com o PS em vez do CDS com vista à formação de um bloco central democrático gerador de uma maior estabilidade política.

P.B. — Exacto. Essa hipótese já foi, de resto, posta por várias vezes, nos últimos anos. Repito, no entanto, que a questão é altamente discutível. Na sua base, está a opção clara por um modelo de sociedade e as dificuldades que o Partido Socialista tem apresentado ou tem tido para poder claramente aderir a um modelo de sociedade europeu, moderno, claramente oposto ao modelo colectivista. Dificuldades que têm impedido, aliás, que se caminhe para um acordo de Regime. Sendo assim, a opção da Aliança pelas listas conjuntas, mesmo com os seus eventuais inconvenientes, parece-me, nas actuais circunstâncias, a mais acertada, ou pelo menos a mais viável.



o diário 22 de Setembro de 1979

A opção de Dezembro

Seria um erro subestimar o perigo resultante da unidade formal da reacção. É um perigo muito real que para ser enfrentado vitoriosamente exige redobrada firmeza e serenidade da parte das forças democráticas empenhadas na defesa das instituições vigentes e das conquistas do 25 de Abril. Mas o espalhafato e as bravatas dos tenores da Bicéfala escondem mal a insegurança da direita. A campanha ainda não principiou e os rombos no acampamento da Aliança são já grandes. O fumo da barrela começa a fazer tossir destacados aliançários.

É muito interessante, como indício, a entrevista que o sr. Francisco Balsemão, dirigente do PPD e director do semanário «Expresso», deu a um jornal fascizante. O entrevistado discorda das listas conjuntas. E adverte que não está só. A «votação final — esclarece — não foi de o Conselho fechar a questão (...) Portanto, neste momento em que estou a falar consigo, ainda não é completamente claro que a opção definitiva seja por listas conjuntas em todo o território do Continente». O sr. Balsemão tem consciência de bicedos problemas relativos à repartição de lugares e cabeças de lista que em determinados distritos podem «complicar as coisas».

Essas palavras do director do «Expresso» confirmam que a briga continua acesa no regaço do próprio PPD. Indirectamente, elas chamam a atenção para uma realidade. Uma lista conjunta não implica necessariamente soma de votos PPD-CDS. Os conflitos e desavenças entre a cacicada vão criar situações incontrolláveis. O episódio do Vimioso — onde os «chefes» locais do PPD e do CDS se insultam publicamente — é digno de meditação. E há tantas terras como o Vimioso pelo País afora...



Portanto, num período difícil para os partidos, de mobilização, de campanha eleitoral, o inbrincamento das eleições é mais um factor de desvalorização das eleições, tática evidente do Presidente da República e do Governo.

Acresce a isto, ainda um elemento que hoje foi trazido para a reunião com os Presidentes e Representantes das autarquias e há pouco aqui focado; o Conselho da Revolução com autênticos sofismas, pronunciou-se pela inconstitucionalidade da lei relativa à delimitação de competências entre o Poder Central e o Poder Local. A lei foi aprovada por unanimidade na Assembleia da República, e o Conselho da Revolução entende que é inconstitucional porque diz que não foram ouvidas as Regiões Autónomas, com as quais esteve em contacto a subcomissão parlamentar, e que a votação não foi regimental, quando a votação desta lei se processou exactamente nos termos de muitas outras leis, ou seja, votação na especialidade em comissão e votação final global unânime, no plenário.

Estes são meros sofismas que são mais uma machadada nas eleições locais e no próprio Poder Local, na descentralização, visto que sem essa lei não há Finanças Locais, pois a atribuição das próprias verbas estava dependente dela.

A declaração de inconstitucionalidade nem sequer permite, porque a Assembleia está dissolvida, uma imediata segunda aprovação no hemiciclo, que estaria automaticamente assegurada dada a unanimidade que foi obtida.

O PC mudou de estratégia

Para a maioria política, aquilo que em 1976 se verificou nestes dois meses — que era previsível mas não neste grau — é uma forte ascensão do Partido Comunista, em termos de implantação não só no aparelho governativo mas no aparelho de Estado, com o envio de funcionários públicos para a província. Pelas informações que temos — e ainda hoje tivemos um testemunho disso, na reunião das autarquias — os funcionários enviados são sistematicamente do PC.

Há pois um crescendo de tom, em arrogância, do Partido Comunista. E isto, junto com o comportamento do Presidente da República já salientado, designadamente no seu último discurso, e com o comportamento do Governo, leva-me a encarar com grande preocupação a situação política geral, que vejo deste modo:

Pelo andar da carruagem, o Partido Comunista Português vai-se tornar, se não houver uma maioria não marxista, um partido de Poder. Não um partido de Governo, mas um partido de Poder. Com um crescimento eleitoral previsível, com a ampliação da sua implantação no aparelho de Estado, com a manutenção da sua implantação no território e nos sindicatos, vai-se tornar um partido sem o qual nada é possível fazer em termos de Governo, em termos de reformas.

Para ser um partido de Poder, não é necessário ser partido de Governo — basta ser indispensável nas decisões de fundo.

Neste ponto, entendo altamente significativa uma mudança de estratégia do Partido Comunista, que até há pouco tempo estava empenhado em que o Partido

Socialista não baixasse e que, de há duas semanas para cá, vem anunciando repetidamente, e peia voz do seu Secretário-Geral que o Partido Socialista vai baixar e que até é conveniente que o Partido Socialista baixe, porque assim mais facilmente o Partido Socialista se renderá à evidência, para eles, comunistas, de um entendimento com o Partido Comunista.

Estou convencido, que a tática agora, pela primeira vez, do Partido Comunista, vai ser efectivamente jogar no abaixamento de percentagem do Partido Socialista, para o que, além de outras armas, dispõe o MDP/CDE a fazer campanha, e depois a desistir por certo e dando instruções aos seus militantes para votar comunista — e não já, como em 76, para votar comunista ao sul do Tejo e para votar socialista ao norte do Tejo.

Dispõe também de um outro instrumento — que é o partido do Eng.º Lopes Cardoso, que também poderá contribuir para o abaixamento — não sei em que medida ele será significativo — da percentagem do Partido Socialista, encontrando aí mais um aliado da maioria de esquerda.

Caminhamos para o compromisso histórico à italiana com o PCP?

Eu creio que tudo isto ligado vai já criando, e vai criar no futuro, a sensação difusa, na população, com incidência no interior dos partidos, de que nada será possível fazer sem o Partido Comunista e que é preciso começar a rever as posições anticomunistas, pois afinal se calhar teremos de ir para uma solução italiana de compromisso histórico com o Partido Comunista, se se quiserem evitar uma nova maioria da Aliança Democrática.

E a actual situação, se a evolução for de inexistência de uma maioria, é a situação em que predomina o PC e o poder político-militar. Não é, ao contrário de 76, uma situação de predominio do Partido Socialista. Isso foi ultrapassado. O que eu prevejo é que se tente manter, designadamente através do bloqueamento da revisão constitucional, uma situação em que predomine uma linha político-militar terceiro-mundista, apoiada de fora, que não no Governo, pelo Partido Comunista e pelo Partido Socialista. E parece-me que essa será uma linha facilmente aceite pelo general Ramalho Eanes, até porque se for vitoriosa poderá levar à sua reeleitura e eventualmente à sua reeleição.

Escuso de apontar as consequências por demais evidentes que isto teria em termos de futuro do nosso país. Seria, para além da parte jurídico-formal de manutenção do actual período transitório, essencialmente a manutenção da actual Constituição na sua forma de sistema colectivista e de Poder com influência militar.

Seria de facto, e é isso — estou convencido — que se quer, a administração de um socialismo de pobreza, num regime próximo do regime jugoslavo, em que o futuro do país dependeria mais dos investimentos das multinacionais, associadas ao sector público português, de que da capacidade de investimento da iniciativa privada e de desenvolvimento

económico de um Portugal ligado ao Mercado Comum.

A subida do ouro permite a Portugal continuar a endividar-se por muitos anos

Devo aqui salientar, no aspecto económico global, que não acredito que esta situação fosse impossível por uma ruptura económica.

Desde 1974 (como ouvido dizer, e muitas vezes dissermos, que a economia marcava prazos à política, que havia de ser a situação económica que havia de ditar uma evolução política no sentido plenamente democrático, porque não havia outras soluções económicas senão as compatíveis com o quadro duma democracia europeia. Todas essas previsões saíram revelaram inexatas.

O auxílio internacional, a elasticidade da nossa situação económica de país ainda não desenvolvido — com um rendimento por cabeça de 1800 dólares, que não é nem de longe o nível europeu; basta recordar que a Espanha tem 3800 e a Grécia também anda perto disso — permitem, juntamente com a predominância dos aspectos rurais, uma elasticidade muito grande da nossa situação económica, evitando portanto rupturas económicas.

A isto acresce um factor recente mas importante que é o da súbita mas enorme valorização das nossas reservas de ouro. De há um ano para cá, o preço do ouro passou de pouco mais de 200 dólares por onça para 345 dólares por onça, e segundo se lê nos jornais com tendência ainda para subir.

Isto representa um aumento enorme das nossas reservas de ouro, que a este preço de mercado valem qualquer coisa como 44 milhões de contos, ou seja, aproximadamente, o dobro da nossa dívida externa total, tanto privada como pública.

O que quer dizer que Portugal, com base apenas nesta valorização das nossas reservas de ouro, vai poder continuar a endividar-se por

mais bastantes anos. Quer dizer, a "pesada herança" aumentou de valor e pode continuar a servir para o financiamento de um socialismo terceiro-mundista, dum colectivismo mal administrado, porque no fundo vai favorecer — e no futuro creio que isso se agravará — apenas uma nova classe dirigente, burocrática, ligada ao Poder político-militar que então será predominante.

O PC vai apresentar-se como partido da "pacificação social"

Creio que a solução descrita não interessa de maneira nenhuma ao nosso país, mas tudo isto é de uma grande gravidade. E daí uma primeira conclusão que tiro: é indispensável para o futuro do regime português, nos seus aspectos de plena democracia, nos seus aspectos de regeneração — porque o regime previsto no 25 de Abril foi profundamente adulterado nestes anos e necessita de ser regenerado em termos plenamente democrá-

ticos, que hoje não temos, em termos de futuro de um projecto nacional de integração no Mercado Comum, de criação de riqueza, de justiça social, de desenvolvimento económico — para tudo isto é fundamental que exista nas próximas eleições uma nova maioria, que se evite aquilo que não seria já uma vitória da maioria de esquerda com predominio do Partido Socialista mas que seria uma autêntica vitória, histórica — tenho-a assim para mim — do Partido Comunista e do seu projecto.

No meio de toda esta evolução, não apenas destes dois meses mas acentuada nestes dois meses, o Partido Comunista Português ganhou os seus galardões de partido da "lei" e da "ordem", de partido democrático como tal considerado repetidamente pelo senhor Presidente da República. Já na entrevista ao Washington Post, no final de Setembro do ano passado, o Presidente da República, fazendo o elogio do Partido Comunista Português, dizia que ele não tentava impor em Portugal, agora, nesta fase, os seus pontos de vista mas antes propor soluções nacionais para os problemas do país, e fazia-o com competência e com uma boa organização.

Esta imagem do Partido Comunista que consideramos e continuamos a considerar totalmente falsa foi reforçada, porque quanto mais se conciliou com o Partido Comunista, mais ordeiro e democrático ele apareceu. A conciliação sistemática com o Partido Comunista levou-o a poder ter um comportamento formalmente ordeiro, formalmente aré patriótico. Digo que isto se

acentuou, neste Governo, porque enquanto no anterior Governo víamos uma série de greves e o anúncio de muito mais greves, de repente o Partido Comunista aparece a desconvoar todas essas greves, chegando ao ponto, tudo isto através da sua corrente de transmissão, Intersindical, de hostilizar abertamente a greve dos carteiros do Norte.

O Partido Comunista, não tenhamos dúvidas, daqui em diante vai ser o Partido da "pacificação social". E às pessoas que querem acima de tudo a pacificação social o Partido Comunista vai aparecer, em certa medida, como Salvador.

E vai saber manejar muito bem essa arma. Por isso considero que essa situação é mais perigosa do que a de 1975. É fácil combater o Partido Comunista quando ele, como em 1975, aparece como partido assaltante do poder, como partido da subversão e da desordem. É muito difícil combatê-lo quando ele aparece, cada vez mais, como partido que aceita o jogo democrático, que colabora, que defende a Constituição, que defende a "paz social".

Essa é a perspectiva que temos. E se não houver força política para denunciar e combater isto, pois é isto mesmo que na minha previsão se consumará.

As eleições condicionam a revisão constitucional

Para além de tudo isto, entendo que é indispensável também que nestas eleições haja uma nova maioria e por isso as considero mais importantes e decisivas que as eleições de 1980. Todos sabemos, e essa campanha tem-se acentuado na desvalorização das eleições, que do próximo acto eleitoral sairá um

Governo para alguns meses, 8 ou 9 meses.

As eleições de 80 terão lugar entre 25 de Setembro e 15 de Outubro, salvo erro, de acordo com a lei eleitoral. A Assembleia da República só funcionará até 15 de Julho. Este Governo é à partida um Governo completamente desvalorizado e eu digo até que neste contexto o Governo é talvez o que menos interessa.

A maioria na Assembleia da República interessa fundamentalmente para modificar legislação fundamental. Legislação eleitoral, contemplando designadamente o voto obrigatório e a modificação dos critérios de distribuição pelos círculos e dos próprios critérios e métodos eleitorais, pode e deve ser feita pela nova maioria. É também premente modificar legislação de todo o campo social e económico e do campo do poder local. Põe-se ainda a questão fundamental da aprovação de uma lei sobre o referendo.

E aqui está um ponto sobre o qual me queria deter. A nova maioria, para além de todas estas modificações legislativas e estruturais, condiciona desde já, a meu ver, a revisão alargada da Constituição. Sabemos das tentativas que fizemos com o Partido Socialista para encontrar um consenso. Continuaremos depois das eleições a procurar um consenso para um acordo de regime com o Partido Socialista que inclua a obtenção de uma maioria de 2/3 para a revisão da Constituição, mas há dúvidas sobre essa possibilidade. Já vimos a reacção do Partido Socialista a esse respeito, opondo-se firme — que fossem tocados a Constituição? —

Por isso as vezes que procurei a revisão da Constituição, em termos de regime e de futuro do país — o mesmo é dizer, em termos de futuro do nosso partido — a existência de uma nova maioria nestas eleições.

Não me parece que possamos tê-las apenas como ensaio das próximas. Repito, estas eleições vão ser decisivas.

Queria ainda frisar um aspecto formal, que reforça as questões substanciais já referidas. A partir da nomeação do Governo Pintassilgo está feito o afrontamento total entre o Presidente da República e a Aliança Democrática, e isto qualquer que fosse a nossa decisão hoje aqui, quanto à recandidatura do general Eanes. Ele afrontou a Aliança Democrática com o Governo Pintassilgo, e afrontou-nos a nós especialmente. Queramos ou não, a derrota da Aliança Democrática seria a vitória de Eanes e a vitória da Aliança Democrática será a derrota de Eanes.

Isso, em termos simples, é para mim claríssimo desde a evolução do Governo Pintassilgo, com a sua composição e actuação. E ninguém ignora a proposta, que considero desonesta, que o senhor Presidente da República nos fez no dia 6 de Julho, precisamente no dia seguinte ao da assinatura do acordo da Aliança Democrática, para fazermos um Governo com o Partido Socialista no qual ele, Presidente da República, se empenharia, e que seria um Governo de solidariedade institucional entre o PS, o PSD e o Presidente da República.

Considero pois fundamental a existência de uma Aliança

Povo livre

26 Setembro 1979

Editorial

Cooperação democrática e desespero comunista

1. A assinatura do acordo político de cooperação eleitoral entre o PSD e o Grupo do Manifesto Reformador reveste-se do maior significado, como é justamente realçado no depoimento prestado por Medeiros Ferreira ao nosso jornal.

Na verdade, esta assinatura culmina um longo processo de convergência de esforços dos sociais-democratas com outras forças e partidos políticos. Sempre dissemos que só uma cooperação leal e profunda entre todos os que desejam contribuir para que Portugal tenha melhores dias poderia ser o sinal de arranque para sairmos da degradação generalizada em que a situação política se vinha aprofundando.

2. É tal a importância deste facto, efectivo reforço da cooperação já anteriormente estabelecida entre o PSD, o CDS e o MRP, através do Grupo Democrático, que o PC se viu obrigado a mudar de imediato a sua estratégia eleitoral.

Anunciada a conclusão das negociações entre Sá Carneiro, António Barreto e Medeiros Ferreira, logo Álvaro Cunhal apareceu publicamente em desespero de causa, a dizer que afinal o PC também ia constituir uma aliança eleitoral. E já que não pode aliar-se ao PS, o PC alia-se ao MDP/CDE, que o mesmo é dizer, a si próprio.

Desde a derrota de Pato nas eleições presidenciais que o PC nunca mais se apresentou como tal ao eleitorado. Com esta nova aliança, de novo irá esconder aos eleitores a foice e o martelo que o identificam. Mas o que não pode esconder é o claro receio que tem de uma vitória da Aliança Democrática.

3. O PC tem perfeitamente consciência de que o grande bloco nacional, que resulta dos acordos políticos da Aliança Democrática e do PSD com os Reformadores, será um obstáculo decisivo ao seu avanço e instalação como Partido do poder.

Para os comunistas, é toda a abusiva penetração no aparelho de Estado que fica ameaçada — penetração que o Governo Pintassilgo tem acalentado e incrementado.

O desespero de que dão mostras é, para nós, o melhor sinal de que estamos no bom caminho. As guerras laterais que tentam desencadear na imprensa que controlam, mas que são goradas pela vontade das populações, como foi o caso exemplar de Valpaços, que nesta edição aprofundamos, mais evidenciam o estado de desorientação em que se encontram os comunistas.

E a vitória da nova maioria evitará decerto, como afirmou Sá Carneiro ao último Conselho Nacional, numa análise que hoje divulgamos em exclusivo, um desastroso "compromisso histórico" que só conduziria ao prolongamento de um socialismo de miséria, que nenhum português autêntico deseja para si ou para os seus filhos.



Ramalho Eanes recandidata-se a Belém

Ramalho Eanes, ao que o dez de junho soube de fonte autorizada, decidia já há algumas semanas, recandidatar-se à Presidência mesmo sem qualquer apoio partidário expresso.

O actual Presidente da República começou na verdade, os preparativos para essa batalha eleitoral, convicto de que a atitude de certos partidos que neste momento se lhe opõem, nomeadamente os da Aliança Democrática, se poderá alterar.

Eanes e os seus mais chegados colaboradores interpretam, inclusivamente, o comunicado do último Conselho Nacional do PSD co-

mo significando que aquele partido, embora não o apoie, não o hostilizará.

O major João Figueiredo, actual Ministro da Comunicação Social, será o chefe de campanha de Eanes, e o capitão António Ramos, poderá desempenhar igualmente papel de relevo no grupo dos seus «supporters». Entretanto vários dos assessores presidenciais, nomeadamente Silva Costa (Comunicação Social), fazem contactos a vários níveis para a obtenção de apoios antes do anúncio formal da candidatura. Um desses contactos foi feito há pouco dias com um influente gestor ligado a um matutino privado de Lisboa.

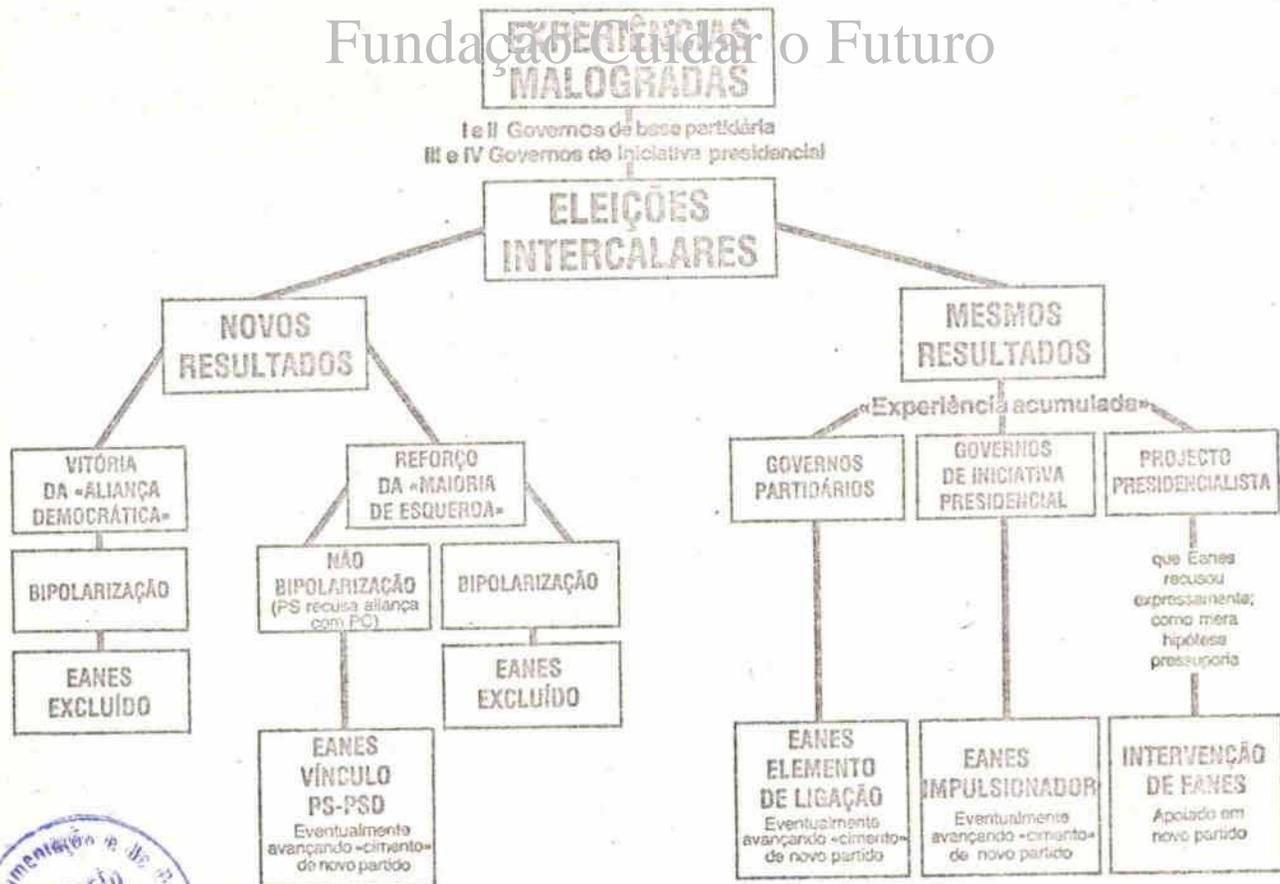
EDIÇÃO ESPECIAL

23 Setembro 79

José Mendonça

Os vários cenários possíveis e uma proposta de debate, aberta aos cidadãos e aos partidos e forças políticas, sobre as várias alternativas a saírem destas eleições intercalares atravessadas pelo olhar que se fixa nas presidenciais de 81

Fundação Cuidar o Futuro



Quatro cenários diferentes e duas constantes:

- A) A necessidade de Ramalho Eanes manter uma posição de neutralidade, como forma de salvaguardar o espaço de manobra em quatro resultantes diferentes das eleições intercalares;
- B) a eventual utilidade de um novo partido próximo do Presidente da República



"NÃO TENHO ESPERANÇAS NESTE GOVERNO"

VP — Entremos então directamente na situação portuguesa. O Governo Pintasilgo tem-se esforçado, tem procurado apresentar ao país uma nova imagem governativa. O que pensa dessa nova imagem e do conjunto de medidas ainda relativamente escassas que o Governo já tomou? Concretamente, acha que este Governo vai introduzir mudanças significativas no quadro governativo dos últimos tempos em Portugal?

OSC — Eu julgo que há que distinguir sempre entre a figura do primeiro ministro e o Governo, o gabinete ministerial. Uma coisa, de facto, é a Maria de Lurdes Pintasilgo e outra será o governo por ela formado. A eng. Maria de Lurdes Pintasilgo, a nova primeiro-ministro, tanto quanto eu conheço dela, é uma mulher extremamente viva e dinâmica, do género de pessoa que, quando pensa uma coisa, leva-a à prática.

Por outro lado, é também uma mulher bastante impulsiva, podendo ter tendência a tomar decisões às vezes precipitadas. O governo por ela formado, o gabinete, não me parece que possa dar grandes esperanças de modificações radicais. Ela sim, ela poderia, se tivesse de facto bons planos. Como se apresenta o gabinete, com elementos como Mota Pinto, e outros anteriores gabinetes?

TUDO VAI FICAR NA MESMA DEPOIS DAS ELEIÇÕES

VP — Acha que as Eleições Intercares poderão contribuir nalguma medida para alterar o quadro político de evolução direita que os acontecimentos têm tomado desde o 25 de Novembro?

OSC — Não me parece que possa vir daí grande benefício. Creio que os resultados destas próximas eleições não vão permitir de facto que se processem grandes alterações, a nível de executivo e de poder legislativo. Tenho até a impressão de que tudo vai ficar sensivelmente na mesma, incluindo com maiores dificuldades quer-me parecer, sem terputadorizados para que as diferenças talvez agora se tornem mais evidentes. Pintasilgo e outros gabinetes anteriores teriam que enfrentar as eleições de 80. É uma hipótese que pode surgir.

Nos resultados eleitorais, estamos a braços com um problema que a esquerda não vai conseguir ultrapassar, em que a direita está a demonstrar uma unidade (embora nós saibamos que é uma unidade fictícia), que lhes pode vir a ser útil, em termos de ganho de lugares no Parlamento. Eu não fiz as contas, mas acredito nos técnicos que já anunciaram que, pelo método de Hondt, se a Aliança Democrática concorrer com listas conjuntas (como parece que de facto acabará por acontecer), lhes bastará 43 por cento de votos para obterem a maioria parlamentar. Se concorressem em listas separadas, teriam que obter no somatório das votações, 53 por cento dos votos para obterem a maioria parlamentar.

ALIANÇA DEMOCRÁTICA É UM PERIGO REAL

Se vão em listas conjuntas, julgo que os 43 por cento estarão ao alcance da Aliança Democrática e isso redundará em perigo de facto, mesmo para a democracia parlamentarista, porque a esquerda pode-se ver confrontada com esse êxito parlamentar da direita. Isso pode trazer-nos (digo "nos" porque abrange a área toda da esquerda) a nós, esquerda, dificuldades grandes, perigos sérios. Por exemplo, uma tentativa de forçar uma aprovação do referendo da Constituição.

A DIREITA DESCONHECIA A PERSONALIDADE DE EANES

VP — Como é que encara a recente e progressiva diferenciação que tem havido entre o bloco PPD/CDS e o Presidente da República, presidente que durante muito tempo esteve directamente conotado com esse sector?

OSC — O presidente foi apoiado em 1976 por partidos que desconheciam completamente quem era Ramalho Eanes. O general Eanes em 1976 teve praticamente tudo a favor dele: o 25 de Novembro ainda estava muito fresco, vitoriado pelo PS, pelo PSD e pelo CDS, o Conselho da Revolução (e basta ler os jornais que saíram logo após 25 de Novembro) estava nos pináculos; ele, o general Eanes, estava no auge da facção burguesa, para a classe dominante, e daí que, quando o Conselho da Revolução aponta à Nação o seu candidato, o desconhecido general Ramalho Eanes, e o aponta como vencedor do 25 de Novembro, a burguesia embandeira em arco com um homem que não conhece, que se chama António Ramalho Eanes. E aposta nele: é o candidato do Conselho da Revolução, é o candidato das Forças Armadas e, portanto, passa a ser o candidato da burguesia, passa a ser o candidato da classe dominante. A disciplina partidária leva a que toda a massa eleitoral do PSD e do CDS e da direita vote em Ramalho Eanes, havendo já uma repartição de votos na massa eleitoral do PS. É um homem que pertence ao aparelho de Estado, Chefe do Estado-Maior do Exército, portanto, é um homem que está no poder, tem tudo a favor dele e sem dúvida alguma que, à partida, sabe-se, quando se apresentam os quatro candidatos à presidência, que só pode haver um eleito possível, que é Ramalho Eanes. Simplesmente, Ramalho Eanes, ao longo do seu mandato, devido a uma certa inflexibilidade, a uma certa rigidez de princípios que tem (embora seja um homem que de revolucionário nada tem, mas que é um homem um bocadinho agarrado aos seus juramentos de fidelidade), tendo jurado defender a Constituição, procurou de facto defender a Constituição, não saindo muito desse juramento embora nos momentos decisivos, até pela sua própria formação, pela sua própria maneira de ser, tenha favorecido de uma forma geral a direita.

ESTE É O PRESIDENTE IDEAL DO PCP

Simplesmente não foi tão longe quanto a direita ambicionava; por outro lado, favorecendo a direita em momentos decisivos, provocou também o descontentamento popular dos trabalhadores. Neste momento, há uma massa grande de trabalhadores que pode apoiá-lo taticamente, é a massa de trabalhadores mais ligada ao Partido Comunista; ao Partido Comunista interessa fundamentalmente que Ramalho Eanes se mantenha no poder, é o seu presidente ideal. O Partido Comunista não apoiou Ramalho Eanes em 1976, porque de facto não podia. Ainda fez uma sondagem junto dos trabalhadores da CUF (os traba-

lhadores do PC na CUF) para saber se estariam empenhados num apoio público a Ramalho Eanes, se o partido poderia apoiar publicamente Ramalho Eanes, o que obteve o repúdio dessa massa de trabalhadores e só por isso é que não o apoiou directamente. Apoiou indirectamente, de uma forma muito notória, criando um candidato fantoche que tinha 300 por cento de probabilidades de não ganhar, de não vencer as eleições; era um candidato do comité central do partido e, evidentemente, não tinha qualquer possibilidade de vencer; colocou o apenas para divisão de votos na esquerda. O PCP nunca "beliscou" minimamente o candidato da direita e da extrema esquerda, que era Ramalho Eanes, concentrou todo o seu ataque feroz, quer aberto quer clandestino, sobre a figura do candidato que se apresentava como o candidato da unidade popular, que era eu. Portanto, ao PC interessa muito a continuidade de Ramalho Eanes como presidente.

Como disse há pouco, a direita já não está interessada em Ramalho Eanes, porque, como afirmei, o presidente não foi tão longe como a direita ambicionava. A direita possivelmente ambicionava uma repressão muito mais intensa sobre os trabalhadores, possivelmente a aniquilação da CGTP-IN, a ilegalização até do Partido Comunista, a retirada do PCP de qualquer tipo de actividade onde pudesse intrometer-se e Ramalho Eanes não foi propriamente na conversa e entrou num jogo de democracia parlamentarista onde há um pluralismo real.

No entanto o que interessa é que, havendo já na grelha de partida para a presidência vários candidatos de direita, nenhum deles é ainda o candidato da direita.

CR TEM OS DIAS CONTADOS

VP — Atendendo às ameaças que têm vindo a ser feitas sobre o Conselho da Revolução, sobre a sua extinção, etc., acha possível que o CR venha a lançar um candidato, como tentativa de defesa da constituição?

OSC — A situação política em Portugal sofre oscilações políticas bruscas em curtos prazos. Mas para responder à tua pergunta, o CR hoje já não tem o peso que tinha nos meses a seguir ao 25 de Novembro, fruto do desgaste que os ataques da direita têm provocado.



Direita que tem na mão os órgãos de informação, a Rádio Renascença, etc. Assim, penso que o CR tem os seus dias contados. Embora ele seja ainda dominado por uma ala esquerda que veio do MFA.

Julgo que um candidato do CR não tem hoje qualquer peso e força, ao contrário do que teria em 76.

Quanto à recandidatura de Ramalho Eanes, e continuo a afirmar que antes do 25 de Abril e mesmo antes do 25 de Novembro eu e Ramalho Eanes éramos amigos, aquilo que conheço dele permite-me concluir que ele não estava interessado em se recandidatar, isto porque se tinha deixado ultrapassar pelos acontecimentos e não tinha aproveitado a sua curva ascendente de prestígio para constituir a sua base de apoio. Isto é na altura em que aparece o Manifesto Reformador, na tentativa de criar um partido presidencialista, tipo Gaulista. Mas Ramalho Eanes foge a essa possibilidade, continua a afirmar que isso não é constitucional, que o presidente é presidente de todos os portugueses e não se deve deixar partidizar. Tendo deixado ultrapassar essa possibilidade de renunciar ao seu mandato avançar para novas eleições onde apanharia desprevenidos outros candidatos e aproveitando o seu prestígio para ser reeleito, sem apoio partidário, só com o tal partido Eanista que se formasse. Ora por tudo isto indica que Eanes não estava interessado em ser de novo presidente.

EANES NÃO SE DEVE RECANDIDATAR

Por outro lado, hoje, continuo a considerar que Ramalho Eanes tem de tal forma o condão de se isolar dos partidos que o apoiaram, que me parece pouco provável que se consiga recandidatar. Isto, considerando que ele é um homem que considera que um oficial quando vai a qualquer empresa é para ganhar. Na perspectiva um pouco rígida que ele tem, ter menos de 61 por cento, que foi o seu resultado em 76, é uma derrota. E admitir a possibilidade de não poder vencer de novo, coíbe-o de se apresentar às eleições. Mas pode ser que em 81 a situação seja diferente, que Ramalho Eanes tenha reconquistado o prestígio que agora perdeu, junto dos partidos fortes do país.

No entanto, dados recentes, podem nos levar à conclusão que Ramalho Eanes a certa altura terá pensado em afinal tentar a sua chance e esses dados novos que aparecem são por exemplo a nomeação de Maria de Lurdes Pintasilgo para 1.º Ministro, tentando talvez através desta nova face do executivo lavar um pouco o que ficou enegrecido por Mota Pinto, buscando apoio entre os trabalhadores. O envio de Loureiro dos Santos a Rio Maior para uma reunião onde estavam elementos do CAP, do Manifesto Reformador da ASDI, etc., pode ter sido também um sintoma de que ele se estaria a interessar na constituição do tal partido eanista; mas numa das suas últimas intervenções, ele voltou a afirmar que de maneira nenhuma se formará esse partido, e que ele não está interessado nisso.

VP 21/9/79

NOVOS GESTORES DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

O dedo de Belém nas nomeações

Na origem do elevado número de abstenções recentemente registado nos Conselhos de Informação, que deveriam apreciar as propostas governamentais de novos gestores da informação estatizada, pensa-se estar a recusa de certos partidos, como o Socialista, em aceitarem os critérios de nomeação do governo. Critérios que, diga-se, não acompanhavam, como seria lógico, os pedidos do partido. Conhecendo-se, por outro lado, a situação no departamento governamental da Comunicação Social, mais na sintonia de Belém do que na de S. Bento, não é de estranhar a reticência do Partido Socialista, que no caso da Empresa Pública Século Popular, viu mesmo demitido da administração um seu militante. O PCP, contrariamente a atitudes assumidas em pedidos de parecer de governos anteriores, para gestores de informação estatizada, bateu-se desta vez pela sua viabilização. O PSD, assumiria posições menos claras. Abstendo-se, o que à partida seria uma atitude consequente com a sua política anti-eanista, correu o risco de inviabilizar, a nomeação caso os restantes partidos votassem contra as propostas de nomes para a RTP, de um dos gestores indicados, Sousa e Brito. O referido nome, é tido, seguramente, como um elemento afecto a Sá Carneiro, o que, a corresponder à verdade, permite avaliar do critério posto pelo ministro da Comunicação Social e por Eanes na escolha dos importantes cargos de gestores da comunicação estatizada, que num período próximo de eleições vão orientar meios de propaganda decisivos.

Soares Louro, que preside à Comissão Administrativa da RTP, não foi sequer, ao que sa-

bemos de boa fonte, consultado na escolha dos nomes que consigo formarão equipa.

Se tal se ficou a dever a um esquecimento, pouco admissível e justificável nestas situações, nada se sabe. Certo é que, precisamente no caso de Sousa e Brito, foi-se nomear um gestor que levantou os maiores problemas no tempo em que o actual presidente da televisão era Secretário de Estado da Comunicação Social e Sousa e Brito ocupava a administração da EPSP.

Esta nomeação, ao que sabemos, foi já vista com desagrado por Soares Louro. Visará a nomeação do Sá Carneirista Sousa e Brito, dificultar a vida ao militante do PS e presidente da televisão, Soares Louro? Terá sido mesmo essa a ideia que presidiu à nomeação?

Um outro facto a assinalar tem a ver com a demissão de Cardoso de Menezes, do CDS, da Comissão Administrativa da RTP. A esta demissão, feita a pedido daquele elemento do CDS, ao que se supõe por indicação do próprio partido, sucedeu um convite do ministro da Comunicação, Major Figueiredo, dirigido a um elemento responsável do CDS para ocupar um dos lugares da CA da televisão, proposta que aquele partido reaccionário persistiu em rejeitar. Com o arrojado do convite ao CDS para continuar a manter um seu elemento, fora dos critérios de competência e dentro de critérios exclusivamente partidários, afiguram-se ainda mais em causa as razões, não comunicadas oficialmente, de nomeação dos novos gestores das empresas públicas de comunicação. Empresas Públicas ao serviço da direita? É o que transparece...



DOIS HOMENS

POR ADELINO AMARO DA COSTA

No meio das tristezas e das frustrações que afligem os portugueses, há um homem, em Portugal, que, apesar de tudo, tem razões para estar politicamente satisfeito. Chama-se Diogo Freitas do Amaral. No ponto de cruzamento dos circuitos do poder civil e militar há um homem, no nosso país, que, apesar da sua posição, tem razões para estar politicamente, desgostoso. Chama-se António Ramalho Eanes. O primeiro simboliza a convergência política possível. O segundo representa a fractura política desnecessária. O primeiro jogou com esperança, na unidade. O segundo apostou, com desencanto, na divisão. O primeiro está, politicamente, a ganhar. O segundo está, politicamente, a perder.

Há um ano, no entanto, tudo parecia diferente. Como é rápida a história em Portugal! E como são falsas as imagens que se constroem sem perspectiva!

Quando, por exemplo, em Abril passado, Diogo Freitas do Amaral lançou a iniciativa de constituição de uma frente democrática eleitoral englobando vários partidos políticos, houve muita boa gente que sorriu da ideia. Um experiente e bem conhecido dirigente socialista chegou mesmo a dizer-me: «É uma espedalada na água. Não val dar nada». Hoje, a frente está construída. A Aliança Democrática tem um programa comum, tem em Sá Carneiro um candidato comum ao lugar de Primeiro-Ministro, tem listas eleitorais comuns e vai ter, também em comum, um programa de revisão constitucional e um mesmo candidato à Presidência da República. Tal como Diogo Freitas do Amaral honestamente defendeu.

António Ramalho Eanes nunca acreditou, seguramente, que fosse possível ir-se tão longe. E só por isso se terá permitido esse arrojo que foi o de se propor patrocinar um entendimento entre o PS e o PSD no dia seguinte ao da assinatura do acordo da Aliança Democrática. Só por isso se permitiu esse acto de hostilidade gratuita ao PSD e ao CDS que foi o de nomear Maria de Lurdes Pintasilgo como Primeiro-Ministro à revelia completa da opinião desses dois partidos. Só por isso foi ao ponto de aceitar para o Governo, em posição relevante, recentes dissidentes do PSD, não cuidando de ver nesse gesto uma negação efectiva do princípio da isenção política que atribuiu a este Executivo de gestão.

António Ramalho Eanes, perante a opinião pública, enganou-se. Como se enganaram o PS e o PCP que a ele se colaram na ânsia de ter, a presidir às eleições, um governo que lhes fosse mais próspero ou simpático.

Mas será que António Ramalho Eanes tem a consciência de que se enganou?

Para um homem como o Presidente da República — que tem de si e da sua função, um conceito mais moral que político — estes raciocínios pouco interessarão.

Quando, em Agosto passado, Diogo Freitas do Amaral, num gesto de lealdade humana e de elegância política, o visitou para lhe comunicar que, a partir desse dia, o Presidente da República não poderia mais contar com o seu apoio, as razões que lhe apresentou não terão andado, certamente, longe deste discurso. Não consta que António Ramalho Eanes tivesse, então, reconhecido a totalidade dos enganos ou dos erros que lhe teriam sido imputados na perspectiva que o CDS tem das relações e dos deveres entre o Presidente e o seu eleitorado.

Pensará, hoje, António Ramalho Eanes que, afinal, com esses «enganos e erros» acabou por lançar maiores desafios e, portanto, forçar a maior solidariedade de resposta da Aliança Democrática? Julgará o Presidente da República que só com o método por si adoptado para a resolução da crise aberta com a queda do IV Governo seria possível conduzir os partidos da Aliança a propostas mais nítidas e mobilizadoras junto do eleitorado? Imaginará António Ramalho Eanes que o caminho por si escolhido era aquele que mais facilmente levaria ao «engodo» suicida do PS e o PCP na sua atrelagem a um governo baço e pouco popular?

O Presidente da República poderá ter concebido como possível o desenvolvimento da posteriori de uma explicação, indiferente, talvez, à inevitável acusação de maquiavelismo que lhe estaria associada. E terá admitido que esse seria um cenário capaz de contribuir para que o país finalmente dispusesse daquilo de que tanto precisa: um Governo estável, ainda que da Aliança Democrática. Tanto bastaria para que a sua consciência moral ficasse tranqüila...

Tudo é possível, como temos visto, nestas coisas da política portuguesa. Mas o que não parece mais possível é brincar aos laboratórios com a vida de um povo que está farto de experimentarmos e de ensaios. E tal como não importa averiguar se António Ramalho Eanes tem ou não projectos ocultos de socialismo africano para Portugal, também é irrelevante saber quais foram as suas intenções — mais ou menos maquiavélicas, tanto dá (!) — ao proceder como procedeu depois da queda do IV Governo. O que conta são os actos. Com eles se faz a vida. Não com as palavras ou com as intenções. E os actos de António Ramalho Eanes foram claros: dirigiram-se contra o seu eleitorado maioritário, traíram a confiança que muitos nele ainda depositavam. A partir dos actos se julgam os políticos. As intenções só são consideradas para julgar os homens. O político António Ramalho Eanes merece, pois, um juízo muito severo por parte de quem nele votou.

Será, no entanto, útil, que Diogo Freitas do Amaral continue a saber distinguir o político do homem que o Presidente da República é. E que, como até aqui, saiba continuar a julgar o político pelos actos, distinguindo aquilo que, no homem, possam (ou não) ser as suas intenções. Entre os dois está cavado um profundo fosso político, por culpa exclusiva de António Ramalho Eanes. Fosso que não cessa de se agravar à medida que o Presidente da República persiste em praticar gestos de política externa tão lamentáveis como foi, por exemplo, o do seu discurso no regresso de Angola, após as desconsiderações múltiplas de que lá foi objecto e que, previsíveis como eram, tornavam totalmente desaconselhável a sua ida a Luanda.

O fosso entre Diogo Freitas do Amaral e António Ramalho Eanes tem uma dimensão histórica. Trabalhar, com generosidade, pela unidade do maior número de portugueses é, sempre, mais tarde ou mais cedo, politicamente gratificante. Ter medo do compromisso e ensaiar ou aproveitar, uma e outra vez, o método da divisão acaba sempre por dar mau resultado. Que, apesar de tudo, se salve, entre os homens, a humanidade e o respeito (!).

NOTA — Esta rubrica está aberta aos partidos políticos democráticos, tal como por este jornal se tem interessado em fazer, não só através de contactos pessoais, como por escrito, com os responsáveis pelas referidas forças partidárias. Contamos, assim, de futuro, nesta coluna, ouvir a voz daqueles que estão interessados em conduzir Portugal no caminho da liberdade democrática e da verdadeira justiça social. É esse o estatuto de «O Comércio do Porto». É essa o desejo dos seus leitores.



"Não vamos às eleições porque não acreditamos nelas"

A Associação Social Democrata Independente (ASDI) tornou pública, no começo desta semana, a decisão de não concorrer às próximas eleições intercalares, em virtude de considerar que qualquer que seja o resultado obtido, a situação política nacional só poderá conhecer a clarificação e estabilidades indispensáveis após as eleições de 1980.

O comunicado em que anunciaria a sua decisão e o «Programa das Dez Linhas», que se lhe seguiu, revelado em conferência de Imprensa, justificam o afloramento de algumas questões pertinentes que o nosso redactor Fernando Antunes decidiu colocar a um dos fundadores da ASDI, o dr. Sérvulo Correia, que, desde o principio, tem participado no processo de formação e consolidação do futuro partido.

«O Jornal — Não recela que a ausência da ASDI do confronto eleitoral agudize paradoxalmente a bipolarização que o vosso agrupamento político se propõe combater?»

Sérvulo Correia — Desde a publicação do documento «Opções Inadiáveis», em meados de 1978, manifestámos a nossa clara oposição à realização de eleições intercalares, que apenas iriam servir para exacerbar tensões e dispendir em pura perda energias bem melhor utilizadas se empregues na luta contra a inflação e o desemprego e

na promoção gradual da auto-suficiência do País pelo aumento da produção agrícola, pela reconversão da indústria, pelo estímulo da investigação científica e tecnológica, pela racionalização da exploração dos nossos recursos energéticos próprios. A nossa voz não foi suficientemente escutada e agora é tarde para reflectir — em 1979 — o rumo dos acontecimentos. Os dados estão lançados e, como nos não sentimos responsáveis pela situação criada, não nos consideramos moralmente obrigados a avançar em condições que seriam muito desfavoráveis para nós.

...a história...do crédito. Fi... para esse momen...malmente alguma coisa...que mudar em Portugal com a...compreensão e o apoio de amplas camadas populares desiludidas das virtualidades do concieitismo virulento e ignorante.
P. — Mas um possível sucesso da «Alliança Democrática», em 1979, não poderá levar o dr. Sá Carneiro a uma reaproximação com o PS, de modo a neutralizar a participação da ASDI no «Bloco central» que então tomaria forma?
R. — Aos nossos interesses de grupo político sobrepomos os de Portugal. Nada faremos para impedir um entendimento entre o PS e o PSD, pelo qual sempre lutámos e que, a ter-se concretizado, pouparia o nosso país a muitos dos transeis por que tem vindo a passar.
Como observador, acrescentarei, no entanto, que só acredito tal

aproximação verosímil se, por milagre, houvesse uma mudança integral da equipa dirigente do PSD. A actual está envolvida até às orelhas num processo de fusão a médio prazo com o CDS, para a formação de um grande partido «líquido» que nos fosse a base de uma definitiva «mexicanização de direita» em Portugal. As listas comuns são um indicio evidente da aceleração desse processo.
P. — Num comunicado divulgado no dia 16, a ASDI declara que não recomendará o voto em qualquer outro partido ou frente. É um convite que incitará à abstenção nas intercalares?
R. — Como organização política, a ASDI fica de fora de umas eleições em que não acredita. Recomendar medidas de votação seria ainda participar por interposta força política. Somos no entanto contra a abstenção. Cada um dos nossos militantes e simpatizantes deverá decidir em sua consciência sobre qual o voto mais útil, ou o menos mau, não se esquecendo de que, em 1980, poderá e deverá votar ASDI.
P. — Por aí já se decide?
R. — Já. Nunca votaria pelos comunistas. Nunca votaria pelos conservadores. Resta-me votar PS.

PS não irá disfarçar-se em coligações eleitorais

— afirmou Mário Soares num comício em Pegões

Fundação Cuidar o Futuro

«Partido que não acredita em nós, no nosso amor pelos trabalhadores e pela democracia, não necessitamos de nos disfarçar em coligações eleitorais», afirmou Mário Soares durante o improviso que proferiu em Pegões Velho, ao sul do Montijo, na festa convívio que ali decorreu ontem.

Orientando o seu discurso na crítica, por vezes contundente, à direita e à esquerda, sobretudo ao PSD e ao PCP, o secretário-geral do Partido Socialista apontou, como fraqueza de ambos, a necessidade de se coligarem a outras formações para conseguirem enfrentar o embate da próxima ida às urnas.

O dito partido «Social-Democrata», sublinhou, «deixou de ser social-democrata para se transformar num verdadeiro partido popular de direita», aliado a outros «dois partidos de direita, o CDS e o minúsculo PPM».

In-errogando-se depois sobre qual o papel deste ultimo, «que não tem qualquer implantação», Soares responderia que ele deve-se ao facto dos «monárquicos e dos grandes senhores» que-rem «voltar em grande força». Daí, então, socialistas, que somos os herdeiros dos verdadeiros democratas chamarmos à sua coligação um bloco conservador monárquico, e não estamos dispostos a deixar que ele tome conta da nossa terra».

Bloco que foi afirmado por razões oportunistas para poder ganhar as eleições. Tanto assim é, que nos Açores e na Madeira, o PSD, que aí predomina, não deixou aplicar a coligação. É um caecordo oportunista para deitar terra nos olhos do povo português e conseguir mais vo-

...as eleições não se deixará enganar por tais manobras e dará resposta condigna nas eleições, votando massivamente no Partido Socialista».

Ao contrário da direita, a «esquerda apresenta-se dispersa», referiria a seguir o líder do PS, não tendo muitos dos seus partidos, como a UDP, a UEDS, o MRPP, o PCP (m-l) e outros, expressão que lhes permita eleger deputados. Apesar disso vão colher aqui e além centenas de votos para satisfação da direita.

«É preciso, por isso, que todos os socialistas, que todos os democratas, que todos os homens de esquerda, que todos os que defendem o projecto nascido com o 25 de Abril e as suas grandes reformas como o Serviço Nacional de Saúde, têm de se unir, de se mobilizar para barrar o caminho à direita».

A única forma de a conseguir é votar no Partido Socialista, unica proposta de esquerda com uma alternativa democrática para o nosso país. O «desafio» da direita, a arrogancia, da direita» têm de ser «derrotados através do voto PS».

A esquerda, ao PCP parece também tentar o disfarce da sua verdadeira identidade, uma vez mais. Em vez de se apresentar com a sua própria insignia, com a sua própria sigla (a foice e o martelo) refugia-se na alianca chamada Povo Unido a ver se, através dela, pode captar votos de não comunistas. Por isso propôs ao seu ídolo MDP/CDE uma união».

Vê-se, assim, «que de um lado e do outro, polarizando esses extremos, aparecem duas forças de sinal contrário». O unico

partido — destacou, a propósito, Mário Soares, que mantém a sua identidade, quer nas eleições legislativas, quer nas eleições autárquicas, é o Partido Socialista. Somos socialistas e não nos envergonhamos de o ser. Somos socialistas, temos sempre a mesma insignia, o punho fechado». Por isso, «alguns jornais reacionários dizem que estamos ensandilhados entre duas alianças. O que se passa, porém, é que nós temos um unico programa». Se «formos eleitos seremos fiéis a nós próprios, conosco não há o perigo de vendermos gato por lebre».

Durante «três anos, se este País viveu em paz, se não houve confrontos violentos nem retaliações, nem vinganças, isso deveu-se ao Partido Socialista. Todos sabem isso mesmo quando querem fazê-lo esquecer».

Voltando a criticar a direita («os que fugiram em 75, os que não tiveram coragem de enfrentar o PCP nem o MFA, os que regressaram agora pela calada da noite, os que voltam a fazer barulho e querem impor de novo a ditadura»), Mário Soares declararia, a terminar, «que a estes «nós não», contra «esses «formaremos uma barreira que os não deixará passar nem vencer».

O comício do PS, organizado pela secção do Montijo na cooperativa de Pegões Velho (cooperativa modelo, onde existem 207 colonatos com cerca de 60 hectares cada) teve ainda a presença, entre outras figuras dos socialistas, de Edmundo Pedro, Maldonado Goncalves, Igrejas Castro, Eduardo Pereira e Palmira Inácio.

P. NOT. 24 SET.



Madame Pompalourdes

Joana Antonieta Poisson, «favorita» de Luís XV de França, era oriunda de Paris onde nasceu em 1721, vindo a acabar os seus dias no palácio de Versailles durante o ano de 1764.

Considerada como filha de um modesto aiffr — François Poisson — foi desde criança «Le Normant de Tournehem, um rico negociante (e, provavelmente, se substituiu-se ao pro- ressou dando-lhe

A jovem e p...



... dou construir numa das galerias de Versailles. A nossa Madame Pompalourdes, cujo talento — e não só — fica a perder de vista do da adorável marquesa, tem, contudo, idêntico fraquinho; vai daí, montou palco em S. Bento e as récitas sucedem-se.

A primeira peça a subir à cena no palácio de Versailles em 17 de Janeiro de 1747, foi o «Tartufo», de Molière. Seguiu-se-lhe «A Moda do Juízo Antecipado», de La Chaussée. Depois apareceu «O Espírito de Contradição», de Dufresny, fechando a época com a comédia «O Mauzão», da autoria de Gresset.

Ora, se ao recordar o significado da palavra TARTUFO, se tomarem em conta certos protestos de catolicismo militante confrontando-os depois com atitudes e posições conhecidas à engenheira Pintasilgo que estão nos antipodas da doutrina da Igreja, é bom de ver a pertinência do nome. Se toda a se abespinnou com a recusa do «benedito da dúvida», parece que a Moda do Juízo Antecipado também não deslustra a alegoria, sobretudo quando o julgamento apriorístico da sua actuação se revelou, afinal, como uma conjectura acertadíssima. As emendas, as modificações, as purgas, os retoques, os (des)acertos, as limadelas, as mudanças à legislação do IV Governo, justificam largamente o Espírito de Contradição. Por fim, o «Mauzão» é Mota Pinto, uma espécie de D'Argenson para esta rechonchuda variante caseira da esbelta favorita do monarca francês.

Desconhece-se quando termina ao certo a «época» em S. Bento. Sabe-se contudo, para já, que as representações são mediocres e com a casa às moscas. A última peça televisonada de Madame Pompalourdes foi um portento do cabotinismo. Pedidos para empregar os outros, pode ter muitos. Pedidos para a empregar a ela quando partir com as trouxas, não surgirá nem um. Cartas — elogiosas ou a dizerem mal — pode receber às grosas. Chamadas à cena, porém, não haverá nenhuma. As nulidades, mesmo de saias, não deixam, por isso de ser nulidades. E Vasco da Gama (o da Assembleia, não o da Índia) já não está em S. Bento para lançar «olés», às senhoras que por aí aparecem

A renda de Madame Pompadour era de doze mil libras. Madame Pompalourdes exige cento e muitos milhões de contos. Uma, vendia o corpo. A outra, vende o país.

Madame Pompadour foi favorita oficial. Madame Pompalourdes é a favorita de «O Jornal». A cada um os seus pergaminhos.

Madame Pompadour escreveu ao Papa a pedir a absolvição para poder comungar. Madame Pompalourdes prostrou-se aos pés do Patriarca de Lisboa para poder governar. Ambas se serviram da Igreja. E com ambas a Igreja ficou mal servida.

A crónica vai ligeira.

É verão, faz bastante calor, e há ainda muita gente em férias a precisar de distrações. Aliviada a prosa, não se perca contudo o sentido da crítica que ela encerra.

... o estava poder... nesses tempos distantes de Luís XV e de Madame Pompadour. Anos depois, as cabeças de seu filho e de Maria Antonieta rolavam no cadafalso. Alguma coisa também apodrece agora em Portugal.

A indiferença com que se assiste a esta lenta agonia de uma pátria antiga, o silêncio das nossas chancelarias e dos nossos governantes face às provocações em catadupa que nos vêm dos trópicos de língua portuguesa, o conformismo com que se aceitou o aproveitamento trampoleiro das lacunas constitucionais para prolongar a vida de um parlamento cuja dissolução se anunciara dois meses antes, a displicência de quase todos perante a outorga de um programa que nada tem a ver com os objectivos publicamente fixados pelo próprio Ramalho Eanes, o inconcebível lavar de mãos do presidente nas câmaras televisivas enfeitando responsabilidades cujo peso todos sabemos — a começar por ele — lhe cabe em grande parte, a falta de reacção à forma nojenta como os agentes noticiosos do Estado se referiram e referem ao assassinio de Joaquim Ferreira Torres, o paulatino encolher de ombros às emendas e entorses do pouco de válido que se fez, tudo isto dá ideia de um país em completa podridão.

Orgulhosamente sós na luta de ontem, orgulho-

Se em 1747 Madame Pompadour era considerada a melhor intérprete feminina do Théâtre des Petits-Cabinets, entre os homens destacava-se o duque de Nivernais, cujo desempenho em «O Mauzão» foi de tal modo superior ao de Rosali da Comédie Française, que o dramaturgo pediu a este comediante para vir ver o duque em cena. Salvo seja, mas isto faz-me lembrar Mito Antunes a pedir a Costa Gomes para assistir à representação de Ramalho Eanes!

Adiante.

O apelido de Madame Pompadour era «Poisson», ou seja, peixe. O de Madame Pompalourdes é Pintasilgo. Ambos pertencem à zoologia.

Luís, rei absoluto, impôs pelo coração a sua favorita, António, presidente, irresoluto, impingiu a dele pela Constituição. Mas ambos forçaram a nota. Decisões orgânicas, saídas de órgãos distintos, com uma ligeira semelhança, porém, o coração tem de bater. Na constituição, deve bater-se.

Madame Pompadour provocou a Guerra dos Sete Anos. Madame Pompalourdes faz a Guerra dos Cem Dias. Aquela saiu maltratada. Esta vai tratar-nos (já nos trata) mal.

... sos e sós continuamos entregues à vergonha de hoje. Em 1580 perdemos a independência. Quatrocentos anos depois, governados por um novo e funesto Cardeal D. Henrique que dá pelo nome de Ramalho Eanes e cuja estratégia varonil se esconde atrás das saias de uma mulher ostentando nos papudos dedos as alianças de casamento com dois regimes distintos — viúva alegre da antiga Câmara Corporativa e noiva feliz dos que lhe «enteraram» o primeiro marido — quatrocentos anos depois de 1580, dizia, erriscamo-nos a acordar ao som de uma internacional qualquer advertindo-nos de nova submissão.

Na apodrecida França de Luís XV, o rei e os seus capitães, mesmo assim, faziam batidas com falções, repousando-se depois nos braços das várias Pompadour. Neste Portugal de joelhos, aos nossos caçadores basta-lhes um pintasilgo e os mimos da democracia.

Mancebo que vais para a tropa:
As Forças Armadas não esperam por ti.
Recorda-te disso.

Pela muito simples razão de que, tendo armas,
nem por isso são força. Não querem.
Viva Eanes!

Clérigos de Braga prosseguem "verdadeiros comícios"

PORTO, 21 — «De uma forma mais ou menos velada, mais ou menos descarada, os clérigos desta diocese e praticamente por todo o lado, prosseguem uma campanha que, em vários casos, assume aspectos de verdadeiros comícios dentro das igrejas» — é a síntese que se poderá fazer dos vários contactos que ontem mantivemos com moradores de Braga e da respectiva área concelhia.

Um dos contactados referiu-nos inclusivamente, um episódio verificado há poucos dias naquela região, no decorrer de uma missa. Na altura em que o padre ainda falava do púlpito, um dos assistentes ao acto litúrgico não se conteve e invectivou o pároco nestes termos: «quero saber se isto é uma homília ou um comício, porque neste último caso inscrevo-me para falar a seguir...»

Apanhado de surpresa o clérigo em questão, constatando que, contrariamente ao que habitualmente sucedia, o seu comportamento não ficava impune ou não passava despercebido, tentou corrigir com a desculpa de que era «para esclarecer o povo de Deus» (sic). Pelo sim pelo não — informaram-nos também — moderou o tom e mudou de tema no resto da homília.

As informações por nós recolhidas apontam entretanto, no sentido de caracterizar esta «cruzada» pública da já conhecida hierarquia ultra-conservadora da arquidiocese de Braga, como uma tarefa incessante cujo pretexto é sempre

a luta contra a abstenção e o confiar do voto aos partidos que defendem a religião contra os outros partidos que «sepultam as pessoas nos cemitérios vermelhos».

Para esta campanha dizem-nos ainda, há clérigos que recorrem a atitudes «do maior descaramento e de provocação», com o tom de verdadeiros «recados» públicos para uma ou outra pessoa, de «convicções democráticas», presente nos actos de culto. Um clima de intimidação e o lento e persistente insulhar de um sentimento de intolerância e de medos vários, contrário à serenidade e lucidez requeridos por acto cívico da importância do acto eleitoral é, para já, o resultado que parece prever-se com esta «cruzada» dos tão influentes clérigos da diocese de Braga.

PS TOMA POSIÇÃO

Entretanto, em declarações inseridas no respectivo órgão oficial, «Acção Socialista», um porta-voz do PS considerou «altamente positiva» a atitude que diversos bispos portugueses têm tomado recentemente em discursos ou homílias de apelo ao voto.

O mesmo porta-voz acrescentaria, porém, que «não se deve confundir a luta contra todos os tipos de abstenção com a apologia de um certo sentido de voto feita por entidades que «não devem deixar-se partidizar».

OPINIÃO DO LEITOR

o diário

20 de Setembro de 1979

UMA TRISTE SURPRESA...

Sou católica. Desde pequena que frequento a Igreja. E nunca deixei de cumprir os meus deveres de cristã, lutando, ao mesmo tempo, por aquilo que acho justo, e que é defender os pobres, os humilhados, os marginalizados pelos senhores do capital.

Mas passo ao assunto que queria expor, reportando-me ao que aconteceu no passado dia 8 do corrente. Fui à igreja de S. Domingos, em Lisboa, assistir à Missa vespertina, onde me esperava uma bem triste surpresa.

Após o Evangelho, e quando o celebrante começou a homília, ouvimos, durante pelo menos 20 minutos, o senhor Padre a falar contra os comunistas e a dizer que Comunismo e Catolicismo são incompatíveis, dizendo que ainda há pouco Sua Santidade João Paulo II afirmou o mesmo.

Eu e o Papa, o lodo e o sacerdote não tivesse aproveitado essa altura em que falou de Sua Santidade para aludir à forma correcta e digna como o governo da Polónia acolheu e recebeu o Papa, quando da sua visita.

Mas a homília foi continuando, acabando o senhor Padre por afirmar que o comunismo só pode levar as pessoas à lama, ao lodo e à vergonha!

Estas palavras insultuosas proferidas do altar por um sacerdote, fizeram-me sentir uma revolta enorme e não pude deixar de dirigir ao senhor Padre uma carta na qual lhe manifestei a minha reprovação. Gostaria mais de lhe expressar de viva voz. Por isso lhe escrevi, mas não obtive resposta.

SERÁ VERGONHA?

Lama, lodo e vergonha! Mas será lama, será vergonha, lutar para que todas as pessoas tenham direito aos bens de que só algumas auferem? Será

vergonha desejar-se que o homem não seja explorado por outro homem? Será vergonha desejar-se que os estabelecimentos de ensino abram as suas portas a todos quantos queiram estudar, cultivar-se, instruir-se e não o podem fazer por falta de meios?

Será vergonha desejar que todas as pessoas tenham uma habitação digna?

Se isto é vergonha e lama, o que serão os massacres e torturas que se fizeram na nossa terra aos que lutaram por um ideal de justiça, aos que foram arrancados às suas famílias e morreram nas masmorras ou no famigerado Campo do Tarrafal?

E, continuando a ouvir atacar o comunismo, eu ia pensando no facto de não ter ouvido, noutros tempos e no mesmo local, condenar os fascistas, os nazis, pelas perseguições e assassinios que cometeram...

Não tendo ouvido, como gostaria, essa condenação do fascismo, ouço, agora, a condenação do comunismo e ouço chamar aos comunistas os nomes que se aplicaríamos, antes, a outros.

Os comunistas prepararam-se para a campanha eleitoral. Saberão trabalhar para essa campanha. Ferão os seus anúncios e dirão de sua justiça nos lugares próprios para tal fim. Não precisam que outros lhes angariem votos servindo-se da casa de Deus para tal. Mas também não podem aceitar que se faça propaganda contra eles, nessa mesma casa de Deus.

Eu penso nas palavras de Cristo, daquele Cristo que procurou nos pobres e nos humildes os seus amigos. Por isso afirmo aqui, como afirmo na carta que enviei ao senhor Padre, que cada vez mais sinto quanto os meus ideais de cristã se harmonizam com os meus ideais de comunista.

Maria Catarina de Carrapiço
Gonçalves - Lisboa



O "voto arma do Povo" também é arma da Igreja?

Afonso Praça

Abandonando a posição de «fastamento» que, pelo menos na aparência e em teoria, tem preconizado, a Igreja portuguesa parece, agora, mais abertamente empenhada nas questões políticas, e tudo indica que a «campanha» a favor do voto nas eleições intercalares de Dezembro vai continuar incidindo no mesmo ou noutros temas.

Uma homilia política do bispo auxiliar de Braga, D. Manuel Ferreira Cabral, pronunciada no Santuário do Sameiro, em 26 de Agosto, surgiu, na altura, como acto isolado ou como apenas mais uma «intervenção» oriunda do Paço Arquiepiscopal bracarense. Pouco tempo depois, já em Setembro, registaram-se, porém, outras intervenções de bispos, duas das quais, também em homilia, foram entendidas como ultrapassando o apelo cívico ao voto para as transformarem em discurso de propaganda política a favor de forças facilmente identificáveis.

Falando em Fátima, na peregrinação do dia 13, o arcebispo resignatário de Lourenço Marques, D. Custódio Alvim Pereira, considerou que a abstenção é «pecado grave que facilita aos inimigos da pátria e da ordem o acesso aos postos de comando», acrescentando: «É que há homens, é que há partidos, inimigos da pátria, inimigos da fé cristã — estamos fartos de saber!

Nos meios políticos e jornalísticos (tenha-se em conta o «tratamento» que os diversos jornais deram à homilia), estas palavras foram entendidas como sendo um ataque à esquerda — aos comunistas e socialistas, nomeadamente — e, por exclusão de partes, um elogio à Aliança Democrática.

Por outro lado, nos meios políticos não passou em claro a atribuição do carácter de pecado à abstenção, sem dúvida um mal que deve ser combatido no plano cívico e político. Admite-se que ao falar em pecado, D. Custódio Alvim Pereira não lhe tenha dado o sentido que tem em Teologia Moral. Mas tratando-se de um auditório como aquele, a palavra dificilmente terá outro sentido, mesmo metafórico, podendo mesmo concluir-se que a abstenção (condenável por todos os democratas) é um pecado mortal, uma vez que aquele prelado falou em «pecado grave».

Estas, porém, são questões que

os especialistas em Teologia Moral não deixarão de esclarecer, para além do significado político que encerram. Mas na sua homilia de Fátima, D. Custódio Alvim Pereira não se limitou ao apelo ao voto, defendendo a participação do clero nos actos públicos da vida política, principalmente nos meios rurais, onde «o padre, que é uma pessoa instruída e conhecedora dos males da nação, pode e deve falar».

Também esta é uma posição não muito partilhada na hierarquia da Igreja, mas o antigo arcebispo de Lourenço Marques foi ainda mais longe no campo da inovação, ao afirmar que «quanto mais bispo, quanto mais padre, mais português», o que poderá levar a concluir que há bispos mais bispos do que outros, que o carácter sacerdotal tem graduações, que um leigo é, naturalmente, menos português do que um padre.

Votar livremente para salvar a liberdade

Discurso formalmente diferente, mais cauteloso mas também abertamente político, foi a homilia do arcebispo de Braga, D. Nogueira, na "Santuário de Fátima" (13)

A Igreja e a política

Em menos de uma semana, três prelados portugueses vieram a público chamar a atenção dos cristãos católicos para o dever e o direito de votar, defendendo ainda um deles a participação do clero nos actos da vida política, nomeadamente nos meios rurais onde «o padre, que é uma pessoa instruída e conhecedora dos males da Nação, pode e deve falar».

Deixemos de lado o carácter peremptório e polémico das palavras de D. Custódio Alvim Pereira, e o risco de uma tal generalização, para acentuar que nada nos move contra a participação do clero na vida política (as limitações neste domínio são, ou têm sido, definidas pela própria hierarquia, nomeadamente no que respeita aos casos de padres candidatos a lugares políticos) como também pensamos que o padre, pela posição que ocupa e pela missão de que foi investido, pode e deve falar. E ao escrevermos estas palavras, poderíamos recordar vários exemplos, mas bastará citar apenas o dos padres do Macúti, de que o arcebispo resignatário de Lourenço Marques teve, sem dúvida, um conhecimento directo, e o do primeiro bispo da Beira, D. Sebastião Soares de Resende, a quem tantas vezes foi negado o direito e cerceado o dever de falar ou, pelo menos, de se dirigir aos fiéis da sua diocese através do «Diário de Moçambique». Estará D. Custódio Alvim Pereira a pensar nestes ou noutros casos similares (em Moçambique ou noutra parte do globo) e na sua «coragem» de então? Estará D. Custódio a pensar nos bispos que corajosamente se batem — no Chile, na Argentina, no Brasil e em tantas outras latitudes, incluindo a Leste — pela liberdade do seu povo e pela justiça, contra os que oprimem e exploram? Ou estará a pensar naqueles tristes exemplos dos que, entre nós, durante o fascismo, quando falaram não foi para erguerem a sua voz contra os que espezinhavam todos os Direitos do Homem, mas ainda antes para lhes dar serventia?

Estas perguntas não esperam, naturalmente, respostas, nem é este o lugar para grandes desenvolvimentos. De qualquer modo, queremos acentuar que é útil que os bispos recomendem ao clero e a todos os que participam no Magistério da Igreja que «lembrem aos fiéis a nobre e alta obrigação de votar e a culpa grave que pode ser a abstenção», para utilizarmos palavras do bispo do Porto, que significativamente acrescentou ainda: «Votemos livremente — mas para salvar (sempre e de novo) a liberdade».

Os bispos e os padres podem, na verdade, prestar um alto serviço à democracia, nomeadamente através da luta contra o perigo da abstenção.

Mas ninguém estranhe que os democratas portugueses olhem desconfiados para o súbito interesse pela promoção cívica do voto: é que (e tanto a história recente ou remota como a situação actual nos fornecem exemplos), há o risco de o púlpito se transformar em palco de comício, o que não é admissível.



Das intervenções incisivas dos vários Bispos à reacção perturbada do PCP

De vários pontos do país

DE VÁRIOS pontos do País vieram a público, durante a semana que passou, homilias e notas escritas de destacados membros do episcopado português, bem como de outros elementos do clero, incidindo sobre o exercício do direito de voto nas próximas eleições intercalares de Dezembro.

O tom genérico das inúmeras intervenções foi de uma maneira geral, o mesmo. Tomaremos como paradigmática dessas intervenções aquela que partiu do Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes.

Recomenda o reconhecido prelado "ao clero diocesano e a todos os que, por qualquer título, participam no Magistério da Igreja que lembrem aos fiéis a nobre e alta obrigação de votar e a culpa grave que pode ser a abstenção, principalmente nas presentes circunstâncias".

D. António Ferreira Gomes, que foi o prelado que de forma mais elaborada até agora se pronunciou sobre esta matéria, na sua nota "Dever de votar, aqui e agora", justifica este incisivo apelo ao voto e o consequente ataque à abstenção num duplo plano; no plano doutrinal, e também no plano conjuntural.

No plano da conjuntura, o Bispo do Porto explica: "Escolhamos livremente, com a liberdade que nos é dada, como um direito mas ainda mais como um dever, uma tarefa, uma responsabilidade e uma virtude a cultivar. Votemos livremente, mas para salvar, sempre e de novo, a liberdade: este é o interesse essencial, do homem como homem, que nenhuns interesses de indivíduo ou de grupo podem obscurecer ou postergar".

No plano, mais abstracto, que D. António Ferreira Gomes qualifica de doutrinal, acrescenta: "Mas, essencialmente e antes de tudo, o que temos a dizer sobre o voto e seu dever, não é empírico nem temporal (de um determinado tempo português) mas sim doutrinal e temporal: imperativo categórico

da moral objectiva, exigência da racionalidade humana, axioma do direito democrático".

Mais adiante, de uma forma sintética, o Bispo do Porto recordaria que "o voto é arma do povo", acentuando designadamente: "Pois que todos os portugueses usem livre, mas consciente e conscienciosamente, dessa "arma", para que não venha nunca a ouvir-se, entre nós como algures, a voz de outras armas..."



Uma intervenção política

Em síntese, neste tempo pré-eleitoral, a Igreja Católica entendeu que tinha uma palavra a dizer no tocante a questões fundamentais do nosso universo político, o que confirma um empenho particularmente sensível de intervenção política.

Conforme já várias vezes aqui apontámos, esta intervenção pode assumir várias formas e nunca deixou de se fazer sentir, de uma forma constante mas discreta, porque situada ao nível de estruturas profundas da sociedade portuguesa, nos últimos anos, tal como de resto nas últimas décadas, para não dizer ao longo da nossa História pátria.

O que existe de original na sucessão, em curto espaço de tempo, das inúmeras intervenções

da Igreja, ou de membros seus destacados, sobre o direito de voto reconduz-se à forma extensiva e repetida de que, desta feita, se revestiu a intervenção da Igreja Católica.

Para quem tivesse ainda algumas dúvidas, fica reiterada a relevância da Igreja Católica como um dos factores da estrutura portuguesa condicionantes do nosso devir social.

Mas, avulta também a sensibilidade manifestada por tantos dos seus sectores (ainda que alguns deles expressando-se de forma excessiva) à importância dos tempos políticos que se aproximam.

Em vésperas de quase 18 meses consecutivos de escolhas essenciais, traduzidas em quatro actos electorais, num momento em que se apresentam, em plena liberdade, demarcadas alternativas programáticas de governo, e coincidindo com o agravamento da situação política interna — o "sexto sentido" de uma parte apreciável da Igreja Católica aponta para o apelo ao voto e a luta frontal contra a abstenção. Tempos políticos importantes se aproximam certamente neste País...

As reacções partidárias

Depois da estupefação inicial, os diversos sectores partidários começaram a reagir perante o novo fenómeno político em curso.

Os partidos componentes da "Aliança Democrática" manifestaram, de forma mais ou menos aberta, a sua concordância e satisfação relativamente a ele, porventura considerando fundamental para o seu avanço eleitoral a mobilização para o voto e até mesmo interpretando algumas das homilias episcopais como meio de pressão indirecta no sentido da canalização do voto em Dezembro para as suas listas.

O PS, após um silêncio cuidadoso e embaraçoso, através de um porta-voz qualificado considerou altamente positiva a atitude tomada por vários bispos portugueses

contra o abstencionismo, acrescentando, a título preventivo de outras interpretações (aliás já anteriormente divulgadas), que "não se deve confundir a luta contra todos os tipos de abstenção com a apologia de um certo sentido de voto", provindo de instâncias que "não devem deixar-se partidizar".

Mas se a aprovação imediata e clara por parte da "Aliança Democrática" não poderia surpreender ninguém, se o tom precavido e respeitoso do PS também não é estranho, já a reacção do PCP ultrapassou tudo o que se esperaria de um partido normalmente cuidadoso na hostilização da Igreja Católica.

Desde o violento editorial do "Avante" até ao pedido de punições legais dos Bispos intervenientes num vespertino crescentemente anotado com o PCP, a reacção acabou por reflectir uma perturbação, um excesso nada habitual no comportamento táctico dos comunistas.

Pelo tom adoptado e sobretudo pela generalização feita, o ataque do PCP acentuou a bipolarização em curso, e deu novas "armas" para a argumentação eleitoral da "Aliança Democrática".

Será que o PCP teme, em muito do que se está a passar em Portugal, um embate eleitoral mais renhido, menos provisório, mais chelo de consequências futuras do que muitos observadores profetizariam para as próximas eleições intercalares?

Será que o PCP — seguro da sua força ascensional — teme afirmação ostensiva de uma das escassas forças sociais em Portugal que podem (leia-se tem poder) para o desafiar sem complexos?

Expresso

22 - SETEMBRO - 1979



Do pecado de abstenção

OS SENHORES Bispo Auxiliar de Braga e ex-Arcebispo de Lourenço Marques, no Sameiro e em Fátima, afirmaram que abster-se de votar é pecado, e pecado grave; e o senhor Arcebispo Primaz veio depois insistir no dever de votar em termos que pareciam querer confirmar essas posições. Ficou assim levantada uma questão moral que está a causar perplexidade a algumas consciências. Procure com estas linhas ajudar a compreender o alcance dessas afirmações, salvo sempre, como é de bom uso dizer-se, o devido respeito.

Um católico não pode abster-se de votar, por desinteresse, cansaço ou desânimo

Com data de 14 de Março deste ano, os Bispos de Portugal publicaram uma Carta Pastoral, chamada "Perspectivas cristãs de reconstrução da vida nacional". Um católico que queira formar cristamente a sua consciência, ou um cidadão não-crente que queira saber o que pensa a Igreja, deve ler esse documento. Os resumos jornalísticos das intervenções avulsas de bispos isolados não substituem essa leitura.

Para esclarecer a questão da abstenção, teremos de ler sobretudo os números 4 e 15.

JOÃO SEABRA comenta as posições de vários Bispos portugueses sobre a abstenção eleitoral

No número 4, dirigindo-se aos leigos católicos, os Bispos dizem claramente que os leigos serão julgados pelo uso que tiverem feito dos talentos recebidos de Deus na sua "actuação no domínio temporal" (fórmula eclesiológica para designar a acção política). E acrescentam: "Os leigos católicos não teriam uma consciência rectamente formada se não se empenhassem decididamente na vida cívica. (...) movidos pelos ideais cristãos e usando, com discernimento, da sua liberdade de escolha".

No número 15 falam os Bispos directamente do voto, e da abstenção: "Como se sabe, forma privilegiada de participação é o voto", o qual "é, normalmente, em absoluto indispensável". E a concluir: "há que lutar por todos os meios, desde o exemplo próprio ao esclarecimento alheio, para evitar o abstencionismo, a que tantas pessoas hoje são tentadas". E, em nota, recordam posição semelhante tomada pela Conferência Episcopal a respeito do

recenseamento, em 20 de Novembro de 1978.

Em conclusão, parece dever concluir-se destas passagens claríssimas que a abstenção de votar que signifique recusa de actuação no domínio temporal, falta de empenhamento decidido na vida cívica, desinteresse em usar com discernimento a própria liberdade de escolha, in resumo, falta de participação, é vedada aos católicos. E dizer que se trata de um pecado grave é uma veemência talvez escusada, mas em certas circunstâncias concretas pode não ser um exagero.

Mas um católico pode abster-se de votar por opção consciente

Mas há outra forma possível de abstenção. Pode dar-se a hipótese de alguém decidir abster-se, não por falta de interesse ou descomprometimento cívico, mas por

opção política. Não tenho aqui que explicar as componentes políticas possíveis dessa opção. Basta, para a demonstração, admitir como possível a hipótese de um cidadão fazer da realidade política uma leitura tal que o leve a concluir que, concretamente nestas próximas eleições, a forma de intervenção política mais consentânea com as suas convicções é a abstenção.

E coisa muito diversa da situação anterior. Não é uma abstenção próvia: é uma abstenção "a posteriori", deduzida, escolhida. Não é uma abstenção de desinteresse, mas de intervenção. Não é uma falta de participação, é uma atitude.

Exteriormente, é a mesma coisa. Mas estamos a falar de "pecado grave". E este afere-se pelas intuições de coração, e não pelo juízo alheio.

Ora bem: pode um católico abster-se de votar, desta abstenção concreta, optada, deduzida, de intervenção?

As intervenções episcopais recentes parece que deveriam levar a responder não: não votar, dizia-se neles, é dar força a "eles", aos "outros", que não se absterem e vão votar quer chova quer faça sol. E por isso, embora teoricamente possa haver situações onde a opção pela abstenção é uma opção de voto legítima, no caso concreto das próximas eleições os três Bispos referidos não a consideram possível.

Ao dizerem tal, os referidos Prelados fazem uma avaliação da situação política, entram em linha-se com o conhecimento que têm da realidade portuguesa, formulam um juízo concreto de oportunidade, que está ao seu direito de fazer e que provavelmente estará até certo, mas que, de si, por sua natureza, é privado, e não substitui o juízo que eu próprio, e cada católico português, por si tem de fazer. Ao dizerem, em substância, que, no caso concreto das próximas eleições, a abstenção, mesmo que por opção, não é lícita, em virtude do concreto panorama eleitoral existente, os Senhores Bispos de Dume, ex-Lourenço Marques e Braga falam como portugueses, como cidadãos, como eleitores, como cristãos, e como tal devem ser respeitados, mas, se me não engano, não falam como bispos, e por tanto não carecem de ser acatados.

Como Bispos, falaram a 14 de Março deste ano, no número 4 da Carta Pastoral, que já citei: "O modo em cada instante mais adequado ao cumprimento deste dever (de actuar no domínio temporal) dependerá de uma legítima escolha pessoal, que cada um fará de acordo com a sua consciência rectamente formada".

O Padre João Seabra é licenciado em Direito e foi assistente de Ciências Políticas e de Direito Constitucional na Universidade Católica.

Bispo de Bragança aos dissesanos Fundação Ovar do Futuro

Quem não deve votar nos que defendem o aborto

O DIA 25 SETEMBRO 1979.

Decisão do bispo de Bragança

Atitude pedagógica da Igreja durante a campanha eleitoral

Na sequência de outras tomadas de posição de membros da hierarquia da Igreja relacionadas com o particular momento político que o País atravessa, foi agora a vez do bispo de Bragança, D. António José Rafael, afirmar, em comunicado, que a "Igreja diocesana tomará uma atitude pedagógica durante a campanha eleitoral", não deixando de precisar que "procurará ajudar tanto quanto puder os transmontanos a serem livres e a terem voz, para que se façam ouvir e respeitar".

No referido documento, sob o título "Para reflexão de todos os cristãos", aquele prelado adianta que "os cristãos não devem dar o seu voto a partidos que, no seu

programa, implícita ou explicitamente, defendam o aborto ou qualquer atentado contra a vida". D. António José Rafael considera, por outro lado, que "no Nordeste transmontano não se fizeram ainda sentir os benefícios esperados após o 25 de Abril" e que "as populações continuam sem condições dignas e humanas, em nítido antagonismo com o modo de viver das gentes do litoral ou da cintura industrial de Lisboa".

Reportando-se às condições de vida das camadas mais desfavorecidas, afirma que "não se deveriam subir quaisquer outros salários, enquanto não fosse garantido um salário mínimo para os

agricultores, uma reforma social coerente e um subsídio de desemprego capaz de garantir a subsistência dos desempregados". Também na sua opinião, os emigrantes continuam a ser discriminados, pois as suas remessas são aplicadas noutras terras que não as suas.

Em nota introdutória à sua comunicação, D. António José Rafael refere ter mantido ultimamente contactos com membros dos partidos políticos que lhe solicitaram audiência, tendo-lhes deixado bem clara a posição da Igreja diocesana perante a actual conjuntura. Não especificou, porém, quais os líderes partidários com quem trocou impressões.



Expresso

22 - SETEMBRO

A Igreja na sacristia?

Por ADELINO ALVES

Certos movimentos partidários vinham tentando fazer o aproveitamento do hipotético apoio da Igreja para as suas posições políticas. Falou-se mesmo de "namoro" em que a requestada se mantinha expectante. Alguns jornais, acostumados a defenderem princípios contrários à fé cristã, estabeleceram rapidamente o verniz das suas boas manciaras, gritando "aqui d'el-Rei" que os bispos estão a exorbitar das suas funções, havendo mesmo um "pravda vespertino" que chegou a ameaçar determinado prelado com multa e prisão. Forças claras o arcebispo de Braga e um dos seus auxiliares, como foi claro também o bispo do Porto que certa esquerda irresponsável considerava o seu capelão privativo. Diz-se que sua excelência reverendíssima fez uma rotação de 180 graus, pelo que, agora, todos entenderão perfeitamente a sua linguagem.

Foi com o mesmo espírito que pude ler estas palavras, repassadas de profunda humildade do pastor português: "Por mim, para ser muito sincero — e só a sinceridade legítima o falar ao nosso próximo — deverei reconhecer que o lapso de história que temos vivido, me obrigou a reflectir profundamente e, se mudei, na medida em que mudei, não foi por ceder ao pessimismo, mas porque as realidades mudaram; por outro lado, onde e até onde houve mudança sobre coisas e pessoas, foi com humilhação, sofrimento e quase que vexame pessoal que tal tive de fazer".

Se me é permitido aludir aqui ao "sensus catholicus" de que o nosso povo, como todos os demais povos cristãos, sempre souberam manifestar como obra visível do Espírito, eu diria que o prelado português é hoje mais do que nunca, de direito e de facto, o pastor. Adiante.

Esta pecha de se querer que a Igreja — todo o Povo de Deus — se limite a determinadas práticas culturais,

no escasso âmbito dos muros dos templos, é de todos os períodos da História. De ontem e de hoje. Ainda bem recentemente um conhecido político socialista pretendeu tirar ilações nesse sentido de certa afirmação de Cristo. O político armou em "teólogo" para pôr esta sua nova "qualidade" ao serviço da sua causa partidária. Na árvore, apenas viu a casca...

Mais explícito foi ainda o líder comunista que, do alto da sua cátedra doutoral, ditou o "único" caminho que os bispos devem seguir. Cunhal, arvorado também em "teólogo" experimentado, declarou que "os bispos portugueses podem ter o direito de dar a sua opinião, o que nos parece é que são coisas à parte, pois não pode ser através de uma acção religiosa que se deve intervir na vida política". Cá está, mais uma vez, a tónica costumada, velha e reína: a Igreja na sacristia!

Não há que estranhar mais de tão argutos "teólogos", para os quais a Igreja não passa de uma instituição meramente humana, apenas preocupada com promover noventas e lausperenes; quando muito limitar-se à rezar pelo bom andamento da "res publica", numa atitude passiva, desligada das realidades da sociedade em que se insere. Os partidos ateus e materialistas, como são, em Portugal, o PS, o PCP e seus satélites, dificilmente poderão usar desta linguagem. Parece, aliás, estranho que ainda cause alguma surpresa que os bispos portugueses — como todos os bispos do mundo inteiro, onde o podem fazer! — venham a ter o direito de falar ao povo cristão e ao que não sendo cristão, é de boa vontade, para lhe recordar a sua tarefa nos momentos difíceis da nossa Pátria. E este é um momento bem difícil; tão difícil que todo o cristão que decida não votar comete uma falta gravíssima; na linguagem eclesial, um pecado mortal.

Se a Igreja fala repelidamente é porque assim o exigem as circunstâncias. Ainda a propósito do décimo aniversário da "Pacem in Terris" o Episcopado português tornou público um documento notabilíssimo, em forma de carta pastoral, datada de Fátima de 4 de Maio de 1973, no qual acentua que "o ensino social da Igreja, pela fecundidade inesgotável dos princípios de onde procede e pela mudança contínua das situações de vida a que se dirige, é essencialmente dinâmico e evolutivo, e jamais consente a forma estática e acabada dos sistemas ideológicos".

Encarando, na sua acção, o homem integral e, na certeza de que não lhe podem ser indiferentes as situações em que se encontre na vida, atendida numa óptica escatológica, que o fim último, a Igreja falhará estrondosamente na sua missão se se casasse ou apagasse o facto luminoso que o seu fundador lhe entregou para com ele iluminar os caminhos do Mundo.

"A salvação dos homens, de que a Igreja tem missão de cuidar — lê-se ainda no mencionado documento — abrange, porém, toda a realidade humana, na união íntima do corpo e do espírito". E acrescenta: "É nas circunstâncias concretas do seu existir que cada homem se abre à acção salvadora da graça de Cristo ou lhe recusa a aceitação". A Igreja — na definição do Concílio, aceite por todos os homens de boa vontade — é um sacramento universal de salvação; está ligada à humanidade inteira; vive no mundo e com o mundo; deve cuidar de toda a vida do homem, mesmo da terrena, enquanto relacionada com a vocação celeste; orienta e promove a actividade humana; declara-se ao serviço do homem; ilumina-lhe os problemas fundamentais e favorece-lhe os direitos da pessoa. E no decreto conciliar "Apostolicam Actuositatem", carta magna do apostolado dos leigos, pode ler-se claramente: "A obra redentora de Cristo que, por natureza, visa

salvar os homens, compreende também a restauração de toda a ordem temporal. Daí que a missão da Igreja consiste não só em levar aos homens a mensagem e a graça de Cristo, mas também em penetrar e actuar com o espírito do Evangelho as realidades temporais. Por esse motivo, os leigos, realizando esta missão da Igreja, exercem o seu apostolado tanto na Igreja como no mundo, tanto na ordem espiritual como na temporal. Estas ordens, embora distintas, estão de tal modo unidas no único desígnio divino, que o próprio Deus pretende reintegrar em Cristo o universo inteiro, numa nova criação, dum modo incoativo na terra, plenamente no último dia. O leigo, que é simultaneamente fiel e cidadão, deve sempre guiar-se, em ambas as ordens, por uma única consciência, a cristã".

Este, pois, o pensamento da Igreja, a propósito da tarefa dos cristãos. A voz dos pastores nada mais pretende do que reanimar, neste campo, os frouxos e pusilânimes e incentivar os já comprometidos, para que todos sejam verdadeiros militantes da causa do homem que é, na mesma linha, a causa de Deus.

Que pode, pois, surpreender a atitude dos bispos, se a sua missão é a de estar alerta na boa condução do seu rebanho que Cristo lhes entregou e pelo qual são responsáveis?

Votar é, na realidade, um acto da máxima importância; votar bem, segundo a consciência cristã, é escolher para o nosso país um clima diferente, que aceite o homem na sua amplitude divina e humana. Nem todas as soluções que nos apresentam podem ser admitidas pela consciência cristã, devido às terríveis repercussões que têm nos variadíssimos sectores da vida nacional, nomeadamente nos que respeitam à educação, à família e tantos outros que têm vindo a ser escamoteados e vilmente desorientados pelos políticos que, por cobardia de não poucos, puderam ditar leis nesta terra que os rejeita.

Diário de Lisboa

22 de Setembro de 1979

Os bispos e a política

No período destinado a perguntas e respostas Álvaro Cunhal abordou algumas questões que lhes foram postas pelos jornalistas. Uma delas dizia respeito às recentes declarações de bispos portugueses. O secretário-geral do PCP considerou que os bispos «como cidadãos, têm direito a dar a sua opinião sobre qualquer problema nacional, mas a religião e a política são coisa à parte e não se devem estabelecer confusões entre uma coisa e outra».

A outro jornalista que quis saber se esta proposta do PCP era «uma resposta» à chamada «Aliança Democrática», Álvaro Cunhal respondeu que «a AD como se sabe é a cobertura de uma derrota pesada. Dois partidos que sabem que vão ser derrotados pretendem pela junção apresentar-se como força maioritária».

Sobre a posição dos socialistas nesta conjuntura o secretário-geral do PCP afirmou que o seu partido tudo havia feito para dialogar com o PS mas que este sempre recusou. Afirmou no entanto que os comunistas não desejariam ver uma descida acentuada dos socialistas e que, pelo contrário, desejam que na próxima Assembleia da República comunistas e socialistas continuem a ser maioritários.

A concluir, Álvaro Cunhal, que não revelou se seria candidato, limitando-se apenas a dizer que «teremos boas listas e candidatos em condições de desempenharem bem o seu papel na AR», fez questão em sublinhar que, dos contactos do PCP com as massas trabalhadoras e as forças democráticas fica a conclusão de que «o ambiente que se respira não é favorável à direita».

